



Programa
Criança
Feliz



GOVERNO DE PERNAMBUCO
Secretaria de Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude



■ MÊS DA ■
**PRIMEIRA
INFÂNCIA**
EM PERNAMBUCO



**RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO DO SEMINÁRIO
INTERSETORIAL TODES PELA DA PRIMEIRA INFANCIA:
fortalecer quem cuida**

RECIFE – PE

Agosto de 2022

Centro de Desenvolvimento e Cidadania

Programa Primeira Infância do SUAS – Programa Criança Feliz

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

Secretaria Executiva de Assistência Social

Governo Federal

Ministério da Cidadania

Secretaria Nacional da Primeira Infância

Responsáveis pela elaboração deste Relatório:

Maria Elizabete Gomes Ramos

Michela Janaina Albuquerque Sá

RECIFE – PE, AGOSTO /2022

LISTA DE SIGLAS

AMUPE- Associação Municipalista de Pernambuco

BCP – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único

CAOP - Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente

CDC – Centro de Desenvolvimento e Cidadania

CDC- Cuidados no Desenvolvimento Infantil

CIPPI- Comitê Intersetorial de Políticas para a Primeira Infância -

COEGEMAS – Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NIS – Número de Identificação Social

NOBSUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família

PBC- Benefício de Prestação Continuada

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

REPI- Rede Estadual pela Primeira Infância em PE

RNPI- Rede Nacional pela Primeira Infância

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDSCJ – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

SEAS – Secretaria Executiva de Assistência Social

SEDAS - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SECULT - Secretaria Estadual de Cultura

SEEPE- Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco

SEM - Secretaria da Mulher

SES - Secretaria Estadual de Saúde

SETEQ - Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação

SNAPI- Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UNICEF- Fundo das Nações Unidas pela Infância

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. MESA DE ABERTURA	10
3. MESAS TEMÁTICAS DO PRIMEIRO DIA 24.08.2022	16
3.1. 1ª MESA TEMÁTICA DA MANHÃ: PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PCF E O TRABALHO INTEGRADO COM A PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	16
3.1.1 Apresentação do Projeto Piloto para implementação de metodologia de acompanhamento do Programa Criança Feliz às crianças afastadas do convívio familiar	17
3.1.2. Apresentação da intersectorialidade no âmbito de Pernambuco nas políticas voltadas à Primeira Infância	19
3.1.3 Apresentação da proposta do Projeto Piloto destinado às crianças afastadas do convívio familiar - Relato da experiência do Projeto Piloto em Caruaru/PE	21
3.1.4. Apresentação da proposta do Projeto Piloto destinado às crianças afastadas do convívio familiar - Relato da experiência do Projeto Piloto no Crato/CE	25
3.2. MESA TEMÁTICA DA TARDE: AS PRÁTICAS COTIDIANAS E AS METODOLOGIAS DE TRABALHO QUE PRIORIZAM O CUIDADO E O ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	27
3.2.1. Os Princípios da Abordagem Pikler “Cuidar, Educar, Brincar - UFRPE/NINAPI	27
3.2.2. Cuidados para o Desenvolvimento da Criança	30
3.2.3. Interações Responsivas	33
3.2.4. A importância da brincadeira para a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês e das crianças	36
3.2.5. A Metodologia do Programa Mãe Coruja Pernambucana	39
3.2.6. A Metodologia do Programa Olhar para as Diferenças-PE	41
4. MESAS TEMÁTICAS DO SEGUNDO DIA 25.08.2022	45
4.1. MESAS TEMÁTICAS DA MANHÃ	45

4.1.1 1ª MESA TEMÁTICA DA MANHÃ NARRATIVAS E POSSIBILIDADES – ACOLHENDO CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	47
4.1.1.1. Programa Família Acolhedora	48
4.1.1.2. Apresentação da experiência do Instituto Fazendo Estória	55
4.1.1.3. Apresentação da experiência - Família acolhedora em Jaboatão do Guararapes/PE	61
4.1.1.4. Apresentação da experiência - Família Acolhedora em Paudalho/PE	68
4.1.1.5 Debate	71
4.1.2. 2ª MESA TEMÁTICA DA MANHÃ. AS INFÂNCIAS BRASILEIRAS – PRIMEIRA INFÂNCIA, PRIORIDADE ABSOLUTA	78
4.1. 2.1. Apresentação das Aldeias Infantis SOS	78
4.1.2.2. Apresentação do Projeto Urban 95 - Infâncias urbanas	
4.1. 2.3. Apresentação da experiência - Carretel Cultural	87
4.1.2.4. Debate	93
4.2. MESA TEMÁTICA DA TARDE PROPOSTA INTEGRADA - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PCF E A PROTEÇÃO SOCIAL DA ALTA COMPLEXIDADE: A PROPOSTA DE PERNAMBUCO	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6. REFERÊNCIAS	105

1. APRESENTAÇÃO

No intuito de fortalecer as políticas públicas voltadas à Primeira Infância em Pernambuco foi realizado, nos dias 24 e 25 de agosto de 2022, no Recife, o **Seminário Intersetorial - Tópicos pela Primeira Infância: Fortalecer quem cuida**. Marcando o encerramento do Mês da Primeira Infância no estado, o Seminário colocou em perspectiva o trabalho integrado da Alta Complexidade com o Programa Primeira Infância no SUAS/ Programa Criança Feliz. A programação, composta por 5 mesas temáticas, enfatizou metodologias, experiências de referência, iniciativas exitosas de cunho governamental, bem como aquelas realizadas por outros atores e em outros espaços políticos, a exemplo das organizações sociais, academia, terceiro setor. Ao longo dos dois dias, a atividade também colocou em foco conceitos e práticas - como a intersetorialidade, demarcada desde o título do evento - e princípios norteadores basilares à garantia de direitos de crianças, como o princípio da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta, assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, também o **Marco** Legal da primeira infância, as garantias específicas que preconiza para crianças de 0 a 6 anos, configura-se em ancoragem para o pensamento norteador do Seminário.

Planejado e realizado por meio do Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz - cuja execução em Pernambuco se dá em parceria entre o Centro de Desenvolvimento e Cidadania - CDC e Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude - SDSCJ através da Secretaria Executiva de Assistência Social, e cuja coordenação em âmbito nacional é do Ministério da Cidadania, através da Secretaria Nacional da Primeira Infância – SNAPI. O Seminário aconteceu no Teatro do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP, no bairro da Ilha do Leite, das 8h30 às 17h, e também foi transmitido virtualmente através do canal da SDSCJ no youtube.

Ao almejar o fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas e serviços, as estratégias de implantação e implementação arregimentadas em benefício da Primeira Infância em Pernambuco, o Seminário Intersetorial destinou-se, conseqüentemente, a fortalecer quem cuida quem executa as ações junto às múltiplas infâncias, nos seus múltiplos territórios. Nesse sentido,

visitadores/as, supervisores/as, gestoras/res, coordenadoras/res, representantes dos comitês gestores dos municípios, profissionais da assistência social, da proteção social básica e da alta complexidade, implicados e inseridos no trabalho do Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz foi o público prioritário do evento - que se constituiu numa grande ação de troca de informações, socialização de experiências e formação para os participantes e as participantes.

Um total de 492 pessoas se inscreveu e 313 foram certificadas ao final do encontro, sendo majoritariamente profissionais da assistência social das secretarias municipais e da rede estadual - entre técnicos/as e gestores/as do estado de Pernambuco e convidados. Houve representação de todo o estado, contemplando, portanto, o Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão do São Francisco, do Pajeú, de Itaparica, do Moxotó; Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional; Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana do Recife - núcleo norte, núcleo sul, núcleo central.

O grande eixo organizador e estruturador do Seminário, tendo crianças de 0 a 6 anos como foco e convergência das ações, foi o trabalho integrado da Alta Complexidade com o Programa Primeira Infância no SUAS/ Programa Criança Feliz. A partir desse eixo várias temáticas e enfoques foram abordados e compuseram a programação - a própria concepção de criança como sujeito na primeira infância e o cuidado, afeto e vínculo como componentes essenciais das práticas cotidianas no trabalho/atendimento às crianças e suas famílias, por meio da partilha de abordagens (Pikler), métodos (CDC) e iniciativas ancoradas no governo estadual, como os Programas Mãe Coruja e Olhar para as Diferenças.

O acolhimento de crianças afastadas do convívio familiar, enfatizando serviços de acolhimento institucional e em família acolhedora, foi uma frente de abordagem prioritária no Seminário, sendo explanada por meio de relatos de experiências locais e regionais, a exemplo do Projeto Piloto (acolhimento institucional) destinado às crianças afastadas do convívio familiar, que contou com o relato dos municípios de Caruaru - PE e do Crato - CE. O acolhimento em Serviço de Família Acolhedora foi abordado por meio de iniciativas implementadas por duas organizações sociais, Instituto Fazendo

História - SP e Terra dos Homens - RJ, e dois municípios pernambucanos - Paudalho (primeiro a ofertar o Serviço no Estado) e Jaboatão dos Guararapes.

Outra abordagem e contribuição do Seminário foi no campo da aproximação, das interfaces existentes entre metodologias - formas de conceber e desenvolver trabalho junto às crianças na Primeira Infância - e a garantia de direitos dessa população. Nesse sentido, a abordagem do brincar como direito - observando a diversidade das infâncias, seus territórios, cultura e etnia - também compôs a programação do Seminário, entre outras participações, com a experiência da organização social Carretel Cultural, de Minas Gerais, enfatizando as infâncias rurais. E ainda do direito em circular e usufruir do lugar, da cidade onde se vive, com a partilha do trabalho desenvolvido pelo projeto URBAN 95 realizado com enfoque nas infâncias urbanas, trazendo para o primeiro plano o direito à cidade também para a primeira infância.

O presente relatório sistematiza as reflexões aportadas nas mesas temáticas e nos debates realizados durante o **Seminário Intersectorial - TodeS pela Primeira Infância: Fortalecer quem cuida**. A finalidade deste documento é ser uma ferramenta de consulta e aperfeiçoamento para aqueles/as que por ele busque. Para este fim, as informações serão estruturadas a partir dos momentos que compuseram a programação dos dois dias do evento, ou seja: no primeiro dia, 24 de agosto de 2022, o primeiro momento foi a mesa de abertura, seguida da 1ª e da 2ª mesas temáticas da manhã e em seguida da mesa temática da tarde. No segundo dia, 25/8/2022, o primeiro momento contemplou 2 mesas temáticas na parte da manhã, Seguido do Segundo momento, à tarde, com a mesa de encerramento. Também compõe o documento um texto de considerações finais à realização do encontro.

A seguir lista de integrantes das mesas e suas respectivas instituições.

Participantes palestrantes do Seminário, por ordem de entrada e apresentação	
Mesa de abertura	
Ana Nery dos Santos	Diretora do CDC
Guilherme Lapenda	Ministério Público de PE. Centro de Apoio Operacional – CAOP Criança e Adolescente
Tati Andrade	Fundo das Nações Unidas para a Infancia- UNICEF

Humberto Miranda	Escola de Conselhos- UFRPE
Ana Arcoverde	Departamento de Serviço Social. UFPE
Cristiane	Comitê Intersectorial de Políticas para a Primeira Infância - CIPPI SDSCJ- Secretaria Executiva de Políticas para Criança e Juventude
Altair Costa	SDSCJ –secretário executivo de Desenvolvimento Social
Cledionice Gonçalves	Ministério da Cidadania/Secretaria Nacional de Primeira Infância- SNAPI
Prefeita Ana Célia	AMUPE- associação municipalista de PE
Cilene Aragão	Assistente Social, Coordenadora de Serviços Socio-assistenciais – Secretaria Executiva de Assistência Social (SEAS/SDSCJ)
Marlon Aragão	CEAS- Conselho Estadual de Assistência Social e COEGEMAS
Soledade Menezes	REPI- rede estadual pela primeira infância em PE
Vital Didonet	RNPI- rede nacional pela primeira infância
Carla Costa Malta	Juizado Infância e Juventude
Mesa 1. Dia 24/8	
Cledionice Gonçalves	Ministério da Cidadania/Secretaria Nacional de Primeira Infância- SNAPI
Fernanda Vieira de Melo	Gerente de Proteção Social Básica da SEASS/SDSCJ
Viviane Wanderley	Gerente de Proteção Social de Alta Complexidade da SEASS/SDSCJ
Sergiane Rafaela	Gerente da Proteção Social Básica do município de Caruaru
Silvana Simões	Coordenadora do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF do Estado de Ceará;
Ticiano Firmino	Secretária de Desenvolvimento Social do Crato, estado do Ceará
Mesa 2. Dia 24/8	
Pompéia Villachan Lyra	Professora do Programa de Pós Graduação em Educação Culturas e Identidades da UFRPE
Tetê Brandão;	Estudante do Programa de Pós Graduação em Educação Culturas e Identidades da UFRPE
Luciana Mota	Assessora Técnica do Ministério da Cidadania SNAPI/DAPI; especialista no Método do Cuidado para o Desenvolvimento da Criança- CDC
Alessandra Schneider	Professora da Universidade de Toronto, Canadá;
Adriana Toledo	Gestora Estadual da Educação Infantil de Pernambuco/ SEEPE
Ana Sofia Costa	Diretora Geral do Programa Mãe Coruja Pernambucana;
Flávia Veras	Coordenadora Estadual do Programa Olhar para as Diferenças em Pernambuco da SEPCJ/SDSCJ.
Mesa 3. Dia 25/8	
Claudia Cabral	Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens. Rio de Janeiro/RJ;
Lara Naddeo	Coord. de Pesquisa e Difusão de Conhecimento. Instituto Fazendo Estória - São Paulo/SP
Mayara Brito	Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Jaboatão dos Guararapes/PE;

Valquiria Marinho de Barros	Programa Família Acolhedora no município de Paudalho. Sec. de Assistência Social de Paudalho/PE
Mesa 4. Dia 25/8	
Sérgio Eduardo Marques da Rocha	Subgestor Nacional das Aldeias Infantis SOS.
Úrsula Trancoso	Projeto Urban 95 - Infâncias urbanas – Coord.do Ateliê Navio e Consultora da Fundação Bernard Van Leer- São Paulo/SP
Roque Antônio Soares Junior	Membro fundador da Carretel Cultural-Belo Horizonte/BH;
Mesa 5. Dia 25/8	
Bernardeth Gondim	Coord. do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF/ CDC em Pernambuco
Claudia Souza	Coord. de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.SEAS/SDSCJ

2. MESA DE ABERTURA

A mesa foi composta tanto por representações das organizações promotoras do Seminário, quanto por representações das parcerias estratégicas do evento - que promoveu um debate amplo, ancorado no princípio da democracia participativa, sobre as políticas para a Primeira Infância. O Seminário envolveu atores políticos diversos - desde movimentos e organizações sociais que atuam em defesa dos direitos das crianças, bem como outras instâncias e segmentos da sociedade, tais como universidades formadoras de profissionais, e ainda gestores e gestoras públicos das três esferas responsáveis pela promoção e execução das políticas da Primeira Infância.

A representante do **Centro de Desenvolvimento e Cidadania - CDC, a Sra. Ana Nery dos Santos**, após uma saudação às mulheres da mesa e ao público, ressalta a importância da parceria entre uma Organização Não Governamental e o estado, entre estado e municípios, entre estado e união, para implementar o **Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz** em Pernambuco. Ela destaca os muitos desafios da parceria, mas ressaltando a ação conjunta de uma organização social com o governo estadual. Reflete sobre a compreensão de que a melhora das condições de vida da primeira infância implica em trabalhar todos da família, bem como o entorno desse núcleo. A representante do CDC compartilha, ainda, grandes preocupações com o contexto de precariedade das políticas sociais, posto que, ao mesmo tempo em que se constata a precariedade, se observa, no país, um desmonte da democracia participativa, tendo em vista a condição das instâncias de participação e controle social. Um exemplo é a questão dos recursos, do orçamento e do financiamento, tendo em vista não se garantir políticas públicas sem recursos para este fim. Ana Nery dos Santos finaliza reforçando a necessidade de engajamento para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Guilherme Lapenda, promotor de justiça, Coordenador do Centros de Apoio Operacional Defesa da Cidadania - CAOP Infância e Juventude do Ministério Público de Pernambuco - MPPE, afirma a necessidade de o

Ministério criar alternativas para demandas que estão surgindo na defesa dos direitos de Crianças e Adolescentes e na defesa do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Desse modo, o Promotor destaca os avanços no marco legal da Primeira Infância e como o MPPE vem participando da construção coletiva, e permanente, por meio de conversas e atuação em rede, produzindo materiais e orientações para promotores/as e atuação específica.

A representante do **Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF**, a **Sra. Tati Andrade**, faz suas saudações e afirma da felicidade de acompanhar o movimento pela Primeira Infância no estado de Pernambuco e no Brasil. O UNICEF tem colaborado com Primeira Infância no SUAS, assim como colabora para um orçamento que reflita os compromissos com a criança, cuja ação mais importante é junto aos municípios, através do Selo UNICEF, e do apoio à elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância. Destaca preocupações, no Brasil hoje, com a baixa cobertura vacinal no recorte da primeira infância evidenciando preocupações com a volta do sarampo e da poliomielite. Convida a acessar o site do UNICEF, reafirmando que “*se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda.*”

O professor da **Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**, **Humberto Miranda**, **Coordenador da Escola de Conselhos de Pernambuco**, admite que a Primeira Infância precisa ser pautada de forma permanente na matriz da Escola - uma iniciativa viabilizada por diversas parcerias, entre as quais a UFRPE, que, por meio da Fundação Apolônio Salles, é responsável pela execução do projeto, além do desenvolvimento dos cursos e da divulgação das publicações. O professor enfatiza que o seminário não é intersetorial só no nome, visto que envolve instituições governamentais, diversas secretarias e organizações da sociedade civil. Sugere que a palavra “infâncias”, posta no plural, exige pensar em rede e que a infância, como categoria social, é uma construção histórica e social, que exige não pensar só de forma *biologizante* – ou seja, a idade biológica e cronológica. Destaca que desde o título do seminário, com o uso de *todes*, está a defesa dos Direitos Humanos contra-hegemônicos. *Todes* para resistir ao preconceito e à discriminação. Destaca ainda que “*cuidar de quem cuida*” é uma ação ética do

cuidado humano frente aquelas pessoas que precisam ser cuidadas! E finaliza afirmando que *“É na vida e na arte do encontro que a gente constrói a nossa história!”*

Ana Arcoverde, professora do Curso de Serviço Social da UFPE, reafirma o compromisso da Universidade na formação de profissionais da área e a importância de estar no Seminário, aprendendo com os/as profissionais presentes - aqueles e aquelas que estão na ponta. Destaca a importância e a relevância da problemática da Primeira Infância - enfatizando que usuários/as das políticas públicas desse recorte etário são sujeitos e sujeitas de direitos prioritários. Pontua o cenário político nacional após 2016, quando se notifica o desinvestimento, e/ou a restrição de recursos, e o quanto isso dificulta que os municípios realizem bons trabalhos no campo da Primeira Infância.

Observa que ocorre tardiamente o reconhecimento e a compreensão da sociedade sobre a problemática e também afirma que a política deve contribuir com o exercício da cidadania das crianças. Reitera o compromisso da UFPE na formação de profissionais da assistência social - destacando, nesse âmbito, a importância da pesquisa. A professora também reforça a disposição, motivação e disponibilidade com a parceria junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ, para colaborar onde forem chamados e aceites. Finalmente, sugere conclamar a população para a importância da cidadania ativa.

A presidenta da **AMUPE, a prefeita do município de Surubim, Ana Célia,** após as saudações iniciais, afirma a importância das equipes, dos/as profissionais. Ela coloca em perspectiva a situação dos municípios, dos recursos para assegurar as políticas na ponta. Reafirma a necessidade de trazer a academia para dentro da política de assistência social; reforça a importância do pacto federativo - entre União, Estados e Municípios - visibilizando que 66% do total dos recursos arrecadados no país ficam no Governo Federal, enquanto que ao município cabe apenas 15% destes. A presidenta defende a necessidade de uma reforma tributária por uma distribuição mais equitativa, ao passo que destaca existência de problemas diversos, e antigos, que retornam: a fome, o desemprego, a presença de

crianças autistas, entre outros, que exigem a necessidade de trabalhar na intersectorialidade envolvendo a Assistência Social, Educação e a Saúde. De acordo com ela, os municípios sofrem com as dificuldades financeiras, como o valor da merenda e do transporte escolar, sem reajuste há anos. Outro ponto é que os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, recebem há 10 anos o mesmo valor e, no entanto, os municípios precisam enfrentar a questão dos pisos – cita como exemplo a aprovação da PEC 122/2017, que prevê os novos pisos para os profissionais de enfermagem - sem que o Governo Federal diga de onde vêm os recursos para garantir. Reafirma a parceria, enquanto AMUPE, entidade de luta, na luta pelos direitos da Primeira Infância.

O **Secretário Executivo de Desenvolvimento Social da SDSCJ, Sr. Altair Costa**, fala da satisfação de estar no evento e informa que na Secretaria, o programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, atenderam **41.989 pessoas**, visitadas em julho. Enfatizando o caráter de ação integrada, estado-municípios, por meio dos programas Mãe Coruja, Olhar para as Diferenças e Criança Feliz em Pernambuco o Secretário afirma que Pernambuco vem cumprindo seu papel frente à Primeira Infância fazendo valer a compreensão de que *“nossos bebês são lindas sementes- nosso papel é preparar o solo”*.

A seguir, a **Sra. Cristiane Barbosa, do Comitê Intersetorial de Políticas para a Primeira Infância - CIPPI**, instância também coordenada pela SDSCJ / Secretaria Executiva de Políticas Criança e Juventude, afirma que o Comitê e o Programa Olhar para as Diferenças reafirmam o comprometimento em olhar pra quem está na frente, na ponta, bem como a importância da criatividade, da motivação junto à família, para encarar as dificuldades que temos para enfrentar.

A **Sra. Cledionice Gonçalves, da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância - SNAPI**, após as saudações e cumprimentos iniciais, comenta o agravamento da situação da infância e a tarefa de criar projetos e ações atuantes e efetivos que vislumbrem um desenvolvimento saudável na fase da Primeira Infância. Destaca a parceria dentro do Ministério Público e do Judiciário e considera o Pacto pela Primeira Infância, o marco legal que orienta

as políticas no país. Enfatiza que foi necessário, para criar algo mais prático, que o CNJ enviasse diversas minutas. Demarcando o encerramento do mês de agosto, dedicado à Primeira Infância, destaca que o Programa de Atenção à Primeira Infância se pautou na intersetorialidade, na participação, no controle social. Informa que SNAPI, que articula nacionalmente o Programa, considera que é preciso avançar no trabalho, ampliar o conhecimento no interior do Programa, entre as várias frentes que o constituem.

Participando do Seminário e compondo a mesa de abertura de forma remota/virtual, o **Sr. Marlon Aragão, do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Pernambuco - COEGEMAS**, afirma a prioridade da Primeira Infância. Atualmente, no Brasil, deve-se considerar um cenário de desproteção social, a exemplo da insegurança alimentar e nutricional, que afeta diretamente as crianças e as famílias. A fome volta e bate à porta, como reflexo dessa desproteção social, fragilizando os compromissos para a área. O CEAS defende o fortalecimento da atenção à Primeira Infância dentro da Assistência Social, entretanto é necessário compreender que a atenção à criança não deve ser foco e prioridade apenas da Assistência, mas também de outras políticas, protegida pelo Estado de forma ampla. Pontua que um grande risco é o desfinanciamento das políticas sociais, posto que comprometa toda a estrutura da Assistência, pois, não existe Programa Criança Feliz sem CREAS, sem CRAS, sem Serviços de Acolhimento equipados, com equipes técnicas e infraestrutura para receber e acolher as crianças. No entanto estes estão *desfinanciados* nas políticas sociais. É necessário fortalecer a PEC 383/2017¹, que cria o Sistema Único da Assistência Social, e ainda fortalecer o financiamento das políticas sociais nacionalmente. Finaliza destacando que é tempo de *esperançar* para que nossas infâncias não sejam perdidas!

¹ PEC 122/2017- Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A **Sra. Solidade Menezes da REPI-PE**, afirma que esta Rede acompanha e valoriza o trabalho do Criança Feliz no estado. Destaca que 24 de agosto é o dia da infância, das múltiplas infâncias e lembra que vários municípios ainda não começaram os Planos Decenais da Primeira Infância, e que a REPI pode ajudar, participar e orientar. Afirma que a criança é prioridade e que estão numa campanha junto a parlamentares e candidatos/as, incidindo por meio da Carta Compromisso pela Primeira Infância. Enaltecendo o fato das organizações de Pernambuco demonstrar compromisso com a Primeira Infância, afirma a necessidade de que precisamos fazer algo pelas crianças no presente, no hoje!

O Sr. Vital Didonet, da RNPI fez suas saudações, destacando o tema do Seminário, focado na importância de fortalecer quem cuida - os profissionais e as profissionais nos diferentes campos. Para quem está envolvido diretamente no trabalho é uma oportunidade de ampliar o olhar para a diversidade das infâncias, das subjetividades e das condições materiais de suas vidas e das famílias. A infância e as infâncias são complexas e não se pode agir só, uma vez que um setor só não daria conta dessa complexidade. É necessário se trabalhar junto, governos e sociedade civil, com ampla participação da sociedade, das famílias e das próprias crianças. Ao cuidar da Primeira Infância, afirma Didonet, não se pode cuidar de um direito sem cuidar dos demais, pois se trata da criança em todas suas dimensões, que necessita de um mundo construído numa visão holística. Afirma ainda o poder de um Plano para a Primeira Infância articulado, do grande potencial de ser transformador, se construído de forma conjunta, para um período de 10 anos, na perspectiva de transformação do mundo para o território de cuidado e proteção. Lembra a Campanha Criança é Prioridade, iniciativa em curso promovida pela RNPI em parceria com outras redes e organizações, com foco em enfrentar e proteger crianças de até 6 anos das desigualdades sociais que as afetam.

3. MESAS TEMÁTICAS DO PRIMEIRO DIA - 24/08/2022

3.1. MESA 1. A PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PCF E O TRABALHO INTEGRADO COM A PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

A mesa temática da manhã, no primeiro dia do Seminário, colocou em foco a Primeira Infância sob a ótica da assistência àquelas crianças que necessitam ser afastadas da convivência familiar - em consequência de medida protetiva e provisória excepcional.

Nessa situação, quando as crianças são encaminhadas para acolhimento institucional ou para Programa de Acolhimento Familiar, o afastamento revela, por si, condição de extrema vulnerabilidade e alto risco social. Ancorado no SUAS e na Proteção Social Básica, o Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, se concretiza, portanto, como ação integrada à Alta Complexidade. Nesse sentido, a intersectorialidade e a perspectiva integrada - os desafios e os elementos positivos e exitosos dessa atuação - permearam as quatro exposições das convidadas que compuseram a mesa - quer no âmbito da formulação e implementação da política, delineada na fala de Cleidionice Gonçalves, do Ministério da Cidadania/SNAPE, quer no nível da coordenação e gestão da política pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da explanação de Fernanda Vieira de Melo, Gerente de Proteção Social Básica da SEASS/SDSCJ e Viviane Wanderley, Gerente de Proteção Social de Alta Complexidade da SEASS/SDSCJ, que trouxeram uma visão em panorama da integração das políticas da Primeira Infância em Pernambuco.

Complementando e somando à abordagem proposta pela mesa, mas no nível e dimensão da execução da política, houve o relato de duas experiências de realização do projeto piloto destinado às crianças afastadas do convívio familiar. A primeira experiência foi do município pernambucano de Caruaru, cuja Gerente da Proteção Social Básica do município, Sergiane Rafaela, destacou as diversas etapas do ciclo para realizar o projeto piloto. A segunda experiência partilhada enfocou, no relato de Silvana Simões, Coordenadora do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF do Estado do Ceará, o projeto piloto

no município do Crato, destacando o ciclo/etapas da realização e chamando atenção para as potencialidades e desafios vivenciados com a realização do piloto.

3.1.1. O projeto piloto para implementação de metodologia de acompanhamento do Programa Criança Feliz às crianças afastadas do convívio familiar - Sra. Cleidionice GONÇALVES – Ministério da Cidadania/SNAPI.

A palestrante iniciou sua apresentação sobre o projeto piloto para Crianças Afastadas da Família, relatando como se dá o acompanhamento do Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, afirmando que considera este um público prioritário desde a instituição do Programa Criança Feliz - PCF no Ministério da Cidadania, tendo em vista a situação de vulnerabilidade e/ou risco social destas crianças. As normativas do PCF no SUAS estão referenciadas na Portaria MC nº 664/2021². As crianças afastadas da família são aquelas que estão em situação de acolhimento institucional ou em Programa de Acolhimento Familiar, em decorrência de aplicação de medida protetiva provisória e excepcional, indicadas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Inicialmente foi criado um grupo de trabalho, em 2019, entre SNAPI e SNAS, para materialização do acompanhamento deste público pelo PCF; e em 2020 a contratação de consultoria especializada através de parceria com a Fundação Bernard Van Leer e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Ao tratar da importância do público da Primeira Infância, elenca as principais causas da aplicação da medida protetiva: a negligência; o uso de álcool e/ou drogas; a violência doméstica; a situação de vulnerabilidade social e pobreza, situações que comprometem a convivência familiar e comunitária. Afirma que é importante priorizar públicos mais vulneráveis socialmente, fator que reverbera em maior impacto social, e que o programa procura ainda evitar

² Portaria MC nº 664/2021, consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz, o qual tem como público prioritário gestantes e crianças de até setenta e dois meses e suas famílias. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-664-de-2-de-setembro-de-2021-343007090>

e reduzir os impactos nesta fase da vida da criança, onde as experiências moldam a arquitetura cerebral e as relações de apego seguro fortalecem o desenvolvimento infantil.

Ao falar da situação atual do PCF no SUAS, relata as **principais realizações**:

- O diagnóstico sobre o perfil de crianças afastadas do convívio familiar na Primeira Infância e a atuação junto ao Sistema de Garantia de Direitos, considerando o mapeamento realizado pelo PCF dos municípios que já acompanham o público;
- A aproximação com estados e municípios mapeados pelo diagnóstico, para conhecer seus modos de acompanhamento do PCF;
- A elaboração da metodologia de acompanhamento, a partir das realidades dos territórios;
- A abordagem do tema no Seminário do Mês da Primeira Infância em 2021 e outros encontros;
- A validação da proposta entre SNAS e SNAPI;
- A elaboração do Manual - Volume 1 de orientação técnica sobre a metodologia do Programa;
- A realização da oficina formativa com os municípios e estados do projeto piloto e acompanhamento sistemático por meio de reuniões;
- A consolidação dos resultados do projeto piloto.

Destaca também os **desafios e avanços**. Cita como principais desafios: a rotatividade das equipes dos programas nos níveis federal, estadual e municipal. Como avanços lista:

Como **próximos passos** cita:

- O repasse de metodologia formativa às equipes estaduais; a publicação e disseminação dos manuais “Orientações Técnicas para o

acompanhamento das crianças afastadas do convívio familiar” e “O trabalho em rede”, volumes 1 e 2, respectivamente;

- A identificação do público em sistema de registro do PCF.

Contato: criancafeliz@cidadania.gov.br

3.1.2. A Integração e Intersectorialidade no âmbito de Pernambuco nas Políticas voltadas à Primeira Infância / Acompanhamento do Programa Primeira Infância no SUAS com as Crianças Afastadas do Convívio Familiar - Sra. Fernanda Vieira de MELO – Gerente de Proteção Social Básica da SEASS/SDSCJ e Sra. Viviane WANDERLEY – Gerente de Proteção Social de Alta Complexidade da SEASS/SDSCJ.

As palestrantes destacaram inicialmente a integração das políticas voltadas à Primeira Infância na gestão da política de Assistência Social, no âmbito do Governo de Pernambuco, enfatizando especialmente o acompanhamento do Programa Primeira Infância no SUAS, com foco nas crianças afastadas do convívio familiar. Na introdução do tema teceram considerações sobre o atual contexto social do país, que é de muitos desafios - um momento de desproteção social às famílias, fato que exige repensar os direitos da infância na situação das famílias. O momento se agrava pela negligência e pela precariedade ou mesmo pela falta de políticas de proteção social básica.

Para dar conta da necessária integração das políticas, o Governo de Pernambuco disponibilizou uma infraestrutura para este fim, garantida por: 14 serviços de acolhimento no estado, sendo 04 destes para crianças e adolescentes, onde os profissionais no território trabalham o fortalecimento de vínculos de forma integrada. No entanto, alguns problemas persistem como a incompletude do serviço e a problemática dos/as trabalhadores/as com mais de um vínculo.

Ao tratar da abrangência do PCF no SUAS, MELO e WANDERLEY destacam que são:

- 179 municípios envolvidos
- 244 supervisores municipais
- 12 coordenadores
- 1.641 visitantes
- 62 comitês intersetoriais (formados e cadastrados)

Os 62 Comitês Intersetoriais cadastrados no Sistema do Programa Primeira Infância estão distribuídos por todas as regiões do estado, sendo:

- Agreste Central - 13 comitês
- Agreste Meridional - 11 comitês
- Agreste Setentrional - 06 comitês
- Zona da Mata: 09 na Mata Sul e 03 na Mata Norte
- Sertão: 07 no Sertão do Pajeú; 03 no Sertão Central; 03 no Sertão de Itaparica; 02 no Sertão do Araripe; 02 no Sertão de São Francisco e 02 no Sertão de Moxotó.
- Região Metropolitana do Recife - 01 comitê

A dimensão do PCF no SUAS em Pernambuco, está representada nas visitas registradas, no período de 01/06 a 31/07 de 2022: foram 25.565 visitas; famílias visitadas foram 40.012; com 41.962 pessoas nas visitas sendo 4.425 gestantes; 37.388 crianças de 0 a 36m e 192 crianças de 36m a 72m visitadas (Fonte: e-PCF 22/08/2022).

As palestrantes também compartilharam que o número de crianças em Serviços de Acolhimento no estado é de 256 crianças de 0 a 6 anos (Fonte: SNA em 11/08/2022). Para dar organicidade a ação orquestrada, foi montada uma equipe estadual do Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, composta por: 01 coordenação; 06 multiplicadores sociais; 02 técnicas da equipe de coordenação da alta complexidade de Pernambuco.

MELO e WANDERLEY relataram os desafios do Programa, enfatizando, sobretudo, a necessidade de financiamento e cofinanciamento para os serviços

que já existem; a importância da ação integrada dentro do estado de Pernambuco na garantia das proteções afiançadas pelo SUAS. Destacaram ainda o número de serviços de alta complexidade, onde 76 equipamentos de acolhimento institucional estão distribuídos em 44 municípios em PE, entre os serviços estaduais, municipais e privados. Finalizando, reafirmam que é preciso cuidar das necessidades das famílias para que cuidem de seus filhos e filhas, bem como identificar o fator gerador e não só a consequência da necessidade de acolhimento de cada criança.

Contato – SEASS/SDSCJ: 81.3183-0731/31830783;
seass@sdcj.pe.gov.br

3.1.3. A proposta do Projeto Piloto destinado às crianças afastadas do convívio familiar em Caruaru - PE | Sra. Sergiane RAFAELA – Gerente da Proteção Social Básica do município de Caruaru.

A palestrante inicia apresentando alguns dados de Caruaru, município com uma população de 369.343 habitantes, sendo 279.589 residindo na Zona Urbana e 35.323 na Zona Rural (Fonte IBGE/ Censo 2010). O município tem uma extensão territorial de 920.611 km², dos quais 80,56 km² são Zona Urbana e 840,05 km² são Zona Rural. A palestrante destaca que entre as principais atividades econômicas estão o comércio formal, a indústria têxtil e o artesanato de barro, que tem o Mestre Vitalino como um dos principais nomes e referência. Rafaela introduz a questão da integração e da intersectorialidade no município, na política social da Primeira Infância, afirmando a prioridade dada pela gestão municipal a este segmento, tendo sido criado um Comitê Integrado e Ampliado para discutir as ações voltadas para Primeira Infância. Nesse momento, sublinha algumas ações intersectoriais no município com foco nesta área:

- Ação de enfrentamento à violência em parceria com a Secretaria da Mulher
- Ação com o Centro Integrado de Direitos Humanos (CIDH) e ONGs sobre o autismo

- Ações contínuas com as Unidades Básicas de Saúde-UBS, com palestras sobre as temáticas da primeira infância
- Realização da Semana do Bebê
- Implantação de parques naturalizados
- Construção do Plano da Primeira Infância.

O Programa Primeira Infância no SUAS/PCF em Caruaru tem uma meta de alcançar 1.000 usuários/as e uma abrangência de 4 territórios referenciados aos CRAS (nos bairros de Centenário, Vassoural, M^a Auxiliadora e Taquara). A iniciativa conta com uma equipe composta por: 1 coordenadora; 4 supervisoras (serviço social, psicologia, pedagogia); 29 visitantes/as; 2 auxiliares administrativas; 2 motoristas; 1 porteiro; 1 auxiliar de serviços gerais. Conta ainda com uma equipe de referência para acompanhamento formada por 2 visitadoras do PCF; 2 supervisoras (psicóloga e assistente social) do PCF; 2 cuidadoras (casa de acolhimento) e 1 psicóloga. A palestrante também partilha que a integração do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF com a Proteção Social Especial de Alta Complexidade demanda:

- Planejamento das ações e atividades
- Identificação das Casas de Acolhimento com o público prioritário a ser atendido de forma integrada com o PCF
- Elaboração de um fluxo de comunicação entre as equipes
- Levantamento das crianças afastadas do convívio familiar com perfil para o acompanhamento integrado pelo Programa Primeira Infância no SUAS/PCF.

No âmbito do projeto piloto de Acompanhamento do Programa Criança Feliz às Crianças Afastadas do Convívio Familiar, a equipe participou de formação em Brasília em abril de 2022. Como metodologia de trabalho priorizou-se o diálogo e a construção coletiva, assim, foram realizados dois encontros remotos entre as equipes de Caruaru e do PCF da Secretaria Executiva de Assistência Social de Pernambuco - SEASS/PE, sendo uma reunião (20/05/22) de apresentação do projeto e de planejamento para

execução e outra (26/05/22) sobre a formação com as equipes do PCF e PSE enfatizando **“O papel do Programa Criança Feliz”** e **“O papel das Casas de Acolhimento”**. Oferecida pelo Governo do Estado e pela SNAPI/MC, no período de 13 a 17/06/22, foi realizada ainda a formação sobre o método **“Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - CDC”**.

As atividades realizadas até o momento foram principalmente: a reunião entre as coordenações (PCF e Casa de Acolhimento) e as supervisoras do PCF para elaboração de um cronograma mensal para visitação; o início das visitas na Casa de Acolhimento 1, garantindo momento individual com cada cuidador/a para conhecer melhor a realidade de cada criança acolhida; reunião (remota) com todos os estados (5) envolvidos na execução do projeto piloto, a fim de apresentar os relatos de experiências. Os números em Caruaru até o momento são: 5 crianças acolhidos/as (3 meninas e 2 meninos, entre 0 e 6 anos); 1 criança com possibilidade de reintegração familiar; visitas realizadas em 13/07, 20/07, 27/07, 03/08, 17/08 e 31/08. A Composição da Equipe da Casa de Acolhimento 1: 1 coordenadora; 1 assistente social; 1 psicóloga; 1 assessor jurídico; 1 pedagoga; 21 cuidadores sociais (5 por plantão); 4 cozinheiras; 2 auxiliares de serviços gerais; 2 porteiros; todos/as envolvidos no projeto piloto.

Os principais **destaques positivos** na execução do projeto foram:

- O processo formativo com as equipes
- A integração entre o PCF e PSE
- A participação da equipe da casa de acolhimento no projeto piloto
- A motivação dos cuidadores e cuidadoras na execução das atividades
- A estrutura física e organizacional das casas de acolhimento que favorecem o desenvolvimento de atividades
- Os recursos tecnológicos (TV e acesso a internet)

- Os cantinhos lúdicos com brinquedos acessíveis ao alcance das crianças e espaço com tapetes de EVA para bebês brincarem livres e com movimentos
- A organização de rotinas e ambiente favorecedor para o desenvolvimento na primeira infância
- O vínculo já existente entre criança e cuidador/a – fator que facilitou bastante o processo na condução das atividades
- A integração das 02 equipes
- O respeito ao trabalho da unidade de acolhida e do programa
- O planejamento de forma complementar à rotina da casa de acolhida.

Sobre os **desafios** encontrados:

- Organizar o processo formativo respeitando a dinâmica da casa de acolhimento
- A integração das duas proteções para execução do projeto piloto
- O desconhecimento da equipe do PCF do funcionamento do Serviço de Acolhimento e do Serviço de Acolhimento do Programa
- Planejar as visitas respeitando a rotina da casa de acolhida.

Na Previsão de **desafios futuros**:

- Acompanhamento pós reintegração familiar e/ou adoção da criança
- Saída da criança do município
- Saída da criança dos territórios de abrangência/execução do PCF
- Não adesão ao PCF por parte da família
- Estender o projeto para as demais casas de acolhimento.

3.1.4. A proposta do projeto piloto destinado às crianças afastadas do convívio familiar no município do Crato - CE / Sra. Silvana SIMÕES – Coordenadora do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF do Ceará

A palestrante inicia apresentando informações do município do Crato, no Ceará. Trata-se de um município de grande porte, localizado no sul do estado, no sopé da Chapada do Araripe, na Região Metropolitana do Cariri. A população total estimada é de 133.031 (IBGE 2020), e uma população estimada de crianças na Primeira Infância de 13.553 (Plano Municipal da Primeira Infância).

O Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, teve sua implantação no município iniciada em 2017, com uma meta pactuada de atender 500 famílias, distribuídas em 6 CRAS. A equipe é composta por 1 Coordenadora, 2 Supervisoras e 15 visitantes/as. O Serviço de Acolhimento foi implantado no município em 27/12/2002 e desde então é ofertado em um abrigo institucional que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes. O Serviço apresenta semelhanças ao de uma residência e oferece ambiente acolhedor e condições institucionais para atendimento com padrões de dignidade às crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de ambos os sexos. Oferece atualmente 20 vagas para crianças/adolescentes e tem no momento 17 acolhidos/as.

A **equipe do abrigo** é composta por 1 coordenadora, 2 técnicas de nível superior (uma psicóloga e uma assistente social) e 18 cuidadores; a **equipe do projeto piloto do PCF Estadual** formada por 1 coordenadora e 1 multiplicadora; a **equipe do PCF Municipal** tem 1 coordenadora, 1 supervisora e 2 visitadoras e a equipe da Casa de Acolhimento é formada por 1 coordenadora; 2 técnicas; e 2 cuidadoras de referência.

A Coordenadora destaca o que foi realizado até o momento no âmbito do Programa: reunião de apresentação e sensibilização para o Programa; nivelamento das equipes estaduais de PCF e PSE; planejamento da capacitação (estado e município); capacitação das equipes do PCF e da Casa de Acolhimento no município do Crato; reuniões de planejamento para a

execução das visitas e preenchimento de formulários; início das visitas; reuniões de apoio técnico entre estado e município. Em termos de metodologia e organização, ela pontua a realização de reuniões presenciais e virtuais com o secretário da Proteção Social do Estado do Ceará, com a coordenadora da Proteção Social Especial - PSE, e com a gestão do município do Crato.

O nivelamento entre a equipe estadual e municipal se deu com as equipes estaduais do PCF e PSE, que apresentaram: a metodologia de Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - **CDC** e o material de formação sobre a **“Orientação Técnica do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”**. Em seguida foi apresentado e discutido o manual de orientação **“Acompanhamento do PCF às crianças afastadas do convívio familiar”** e organizado o material para formação das equipes do município e reunião virtual para apresentação da proposta de capacitação dos profissionais. Realizaram ainda: a formação dos/as profissionais, envolvendo equipe da Casa de Acolhimento e do PCF; o lançamento do projeto piloto no Crato; encontros entre a supervisão e coordenação do PCF e coordenação da Casa de Acolhimento para definir os dias, horários, cuidadoras/es de referência, bem como preenchimento de formulários; além das visitas propriamente ditas.

No percurso, a palestrante destaca que foram encontradas **potencialidades** como:

- O planejamento conjunto
- Relatos das equipes municipais afirmando que estavam encorajadas e buscando mais informações sobre o desenvolvimento infantil
- O engajamento das equipes e aproximação do PCF e PSE;
- A troca de experiência
- O fortalecimento da política da Assistência Social e também no fazer profissional

- Equipe técnica e cuidadoras abertas e dispostas a receber o Programa;
- A participação de todos os envolvidos
- O reconhecimento da importância da metodologia do CDC e a viabilidade da execução na Casa de Acolhimento
- As cuidadoras e cuidam dores demonstraram certo domínio sobre a metodologia, facilitando o trabalho das visitadoras e o entendimento sobre os benefícios do Programa.

Ela também partilha alguns **desafios**: a organização das turmas de cuidadoras da Casa de Acolhimento para formação; os formulários que não estão adequados à realidade do Serviço de Acolhimento e ocorrências na rotina da Casa de Acolhimento.

Silvana Simões encerra a partilha da experiência com uma frase de Raffi Cavoukian, fundador do Child Honouring, que diz: **“Se mudarmos o começo da história, mudaremos a história toda”**.

3.2. MESA DA TARDE: AS PRÁTICAS COTIDIANAS E AS METODOLOGIAS DE TRABALHO QUE PRIORIZAM O CUIDADO E O ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

As apresentações trataram principalmente de princípios, concepções e fundamentos do desenvolvimento dos bebês e, concepções envolvendo o cuidado e a formações de educadores e cuidadores, e ainda a importância do Brincar na Primeira Infância. Complementando a mesas, as metodologias dos principais programas de atenção à Primeira infância no país e no estado de PE.

3.2.1. Os Princípios da Abordagem Pikler “Cuidar, Educar, Brincar” / Dra. Pompéia Villachan LYRA - UFRPE e NINAPI e Tetê Brandão - UFRPE e Aldeia da Infância. (Modo virtual)

As palestrantes iniciaram indicando quais seriam os principais conteúdos a serem tratados em sua apresentação:

- De quem vamos falar? Do bebê
- A história da Abordagem Pikler
- Os Pilares da Abordagem Pikler
- Vínculo e segurança afetiva
- A figura do adulto de referência
- O conceito de motricidade livre
- A principal atividade autônoma do bebê: o brincar.

A explanação inicia com Pompéia Villachan Lyra, que pontua: a primeira conceituação que se faz necessária é definir: de quem vamos falar? Do bebê. “Palavra de origem latina: persona. 1. indivíduo considerado por si mesmo; ser humano, criatura.” (Dicionário Oxford). Ela menciona o psiquiatra infantil e psicanalista francês Bernard Golse na sua afirmação de que: “O bebê é uma pessoa”. Afirmativa que significa considerar que o bebê é capaz e potencialmente competente desde seu nascimento.

Enfocando em Seguida a Abordagem Pikler, as palestrantes afirmam a importância dessa abordagem justamente por propor um outro olhar para o bebê e cuja perspectiva terá influência nos programas para a Primeira Infância. A Abordagem considera o que o bebê já tem o que ele já faz. Considera, portanto, a competência, antes do que ele não tem, do que não faz (ainda), antes de considerar a falta. Elas também enfatizam o uso do termo *abordagem*, por compreenderem que é mais amplo do que um método, e ainda pelo caráter moldável às múltiplas realidades que a perspectiva de abordagem agrega.

Emmi Pikler foi uma médica, nascida em 1908 na cidade de Budapeste, Hungria. Teve como professores Clemens Von Pirquet e Hans Salzer que afirmavam que todas as crianças devem passar um tempo respirando ar fresco, brincando e movendo-se livremente. E ainda: que os bebês devem ser tocados

com movimentos amáveis e certos. Pikler foi casada com um pedagogo com ideias progressistas e em 1931 nasceu sua filha Anna Tardos, a “bebê Pikler”. Como pediatra e médica de família (por 10 anos), ensinava aos pais o que deveriam olhar no comportamento de seus filhos e filhas e como reconhecer, e responder, às necessidades da criança. Em 1946 assumiu a direção do “Abrigo”, hoje Instituto Emmi Pikler, na Rua Lóczy.

Os Pilares da Abordagem Pikler são:

- Vínculo e segurança afetiva (cuidador de referência)
- Liberdade de movimentos (autonomia)
- Boa saúde
- Boa imagem de si mesmo.

Sobre a relação da pessoa cuidadora de referência com o bebê, a Abordagem Pikler destaca a importância do Cuidado de Qualidade; da Segurança Afetiva e Física; da Estabilidade; da Confiança; do Respeito Mútuo e da Cooperação. Sobre a Liberdade de Movimentos (desenvolvimento motor autônomo), Emmi Pikler destacava a importância da autonomia do bebê. Ela não acreditava que o ser passivo se tornasse uma pessoa ativa pelo impulso do adulto e que esse tipo de intervenção pudesse acelerar o desenvolvimento do bebê. E, mesmo que acelerasse, não representaria nenhuma vantagem para o seu desenvolvimento nem para a sua vida. As convidadas destacam que é dessa referência advém o conceito de *‘motricidade livre’*, ou seja, as crianças que têm boa saúde física e psíquica descobrem todas as etapas da motricidade por sua própria conta e em determinada (mesma) ordem. A médica também afirmava a importância de observar o que o bebê faz, destacando que *“Tentar ensinar a uma criança algo que ela pode aprender por si mesma não é somente inútil, como também é prejudicial.”*

As palestrantes destacam que o conceito de criança autônoma, na abordagem enfocada, não significa criança abandonada: *“A criança não deve aprender tudo sozinha. Há coisas que a criança aprende através do adulto, sim. Emmi Pikler diz que há áreas em que a criança é capaz de aprender por si*

mesma.” (Anna Tardos). Ainda explorando a questão da autonomia e desta em perspectiva com o brincar, Lyra e Brandão, novamente remetem a uma reflexão de Anna Tardos, em trechos do texto **O que é autonomia na primeira infância**, o qual cita: “a criança pode brincar sozinha e tirar proveito disso. A hipótese é esta: a atividade autônoma decidida, perseguida pela criança – atividade que brota do desejo dela mesma – é uma necessidade fundamental do ser humano desde o seu nascimento. (...) A motricidade em liberdade (Pikler) e um ambiente rico e adequado, de acordo com o nível desta atividade, são as duas condições *sine qua non* para satisfazer essa necessidade.”

Reforçando a ideia de que a principal atividade autônoma do bebê é o brincar e refletindo sobre o mundo que é apresentado ao bebê, finalizaram a apresentação com uma pergunta, citando a fonoaudióloga e psicomotricista Myrtha Chokler, da Asociación Pikler Lóczy, da Argentina: **“Quando um bebê chega ao mundo, que mundo chega ao bebê?”**

Contatos: Pompéia Villachan-Lyra (81) 992528605
pompeia.lyra@ufrpe.br e @pompeia_villachan_lyra e Tetê Brandão (81)
992928992 contato.aldeiadainfancia@gmail.com - @aldeiadainfância

3.2.2 O Método de Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - CDC / *Sra. Luciana MOTA – Assessora Técnica do Ministério da Cidadania* *SNAPI/DAPI*

A palestrante inicia apresentando o **Método de Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - CDC**, que tem sido referência no trabalho com as políticas e programas para a Primeira Infância e destina-se a todas as crianças. O Método descreve como mães, pais e outras pessoas que cuidam de crianças, podem ajudá-las a aprender. Ela destaca que as orientações do CDC oferecem ideias para brincadeiras e atividades de comunicação para ajudar as crianças a aprender, pois é por meio da brincadeira e da comunicação que as famílias proporcionam cuidados especiais para o desenvolvimento da criança - ao dar amor, atenção e muitas outras oportunidades de aprender. A assessora também enfatiza que quando pessoas cuidadoras conversam, cantam, brincam com suas crianças, ajudam a construir

um cérebro saudável, responsivo e com boa capacidade de adaptação aos acontecimentos.

Luciana Mota apresenta as principais evidências que sustentam o CDC:

a. Teoria do Apego: surgida, e sistematizada, a partir do estudo do vínculo desenvolvido entre recém-nascidos, suas mães ou outras pessoas cuidadoras. O apego significa um vínculo afetivo ou ligação entre um indivíduo e uma figura de apego (comumente um/a cuidador/a). Os laços entre uma criança e uma pessoa cuidadora são baseados nas necessidades de segurança e proteção, fundamentais na infância. A Teoria do Apego propõe que crianças se apegam instintivamente a quem cuida delas, com a finalidade de sobreviver. Inclui o desenvolvimento físico, social e emocional. Essa perspectiva propõe também que o processo de formação de vínculo afetivo entre a criança e a mãe ou pessoa cuidadora, é reforçado pelas respostas de quem cuida. O vínculo começa nas primeiras horas, desde o nascimento e ocorre nos primeiros 2 anos de vida, mais especialmente entre 2 e 7 meses de idade, e com a pessoa que a criança entende como mais importante.

Os cuidados e relacionamentos estáveis com pessoas adultas carinhosas são essenciais para um desenvolvimento humano saudável começando desde o nascimento. Vínculos seguros, desde cedo, contribuem para o desenvolvimento de uma ampla gama de competências, incluindo o amor à aprendizagem, o sentimento confortável em relação a si mesmo, e habilidades sociais positivas.

B. Sensibilidade: consciência da necessidade da criança e da maneira que ela comunica ou sinaliza o que precisa e quer.

c. Responsividade: quando a pessoa cuidadora pode agir de acordo com as demandas/sugestões da criança e oferecer uma resposta apropriada. A palestrante afirma que existem evidências de que crianças respondidas pronta e apropriadamente mostram uma variedade de resultados positivos, como menor frequência de choros e maior interesse em explorar seu ambiente.

Enfatizando que grande parte do aprendizado das crianças ocorre na Primeiríssima Infância, Luciana Mota apresenta Diretrizes dos Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - CDC: as crianças necessitam de atenção afetuosa e regular de pelo menos uma pessoa; as crianças necessitam de um ambiente seguro para aprender; aprendem brincando, experimentando, observando e imitando o que os outros fazem.

Ela destaca que o CDC também dispõe de Princípios Orientativos:

- Selecionar as orientações de atividades apropriadas à idade da criança;
- Selecionar atividades apropriadas aos problemas de interação entre a pessoa cuidadora e a criança;
- Selecionar as orientações de atividades apropriadas às habilidades da criança.

A partir daí, ela sinaliza que foram sugeridas práticas de cuidado, baseadas em **observar**, **perguntar** e **escutar**, que orientam: observar como as pessoas cuidadoras e as crianças interagem e como as pessoas cuidadoras brincam e se comunicam com as suas crianças. A Assessora destaca, por fim, que as principais práticas do cuidado são:

- *Elogie a pessoa cuidadora*, pois o elogio reconhece o esforço
- *Incentive as pessoas cuidadoras* e aumente a confiança delas
- *Resolva problemas*, identifique possíveis dificuldades das pessoas cuidadoras e ajude-as a resolver os problemas
- *Oriente*, dê sugestões para melhorar a interação das pessoas cuidadoras com as crianças. Sugira maneiras de melhorar o ambiente doméstico para segurança e aprendizagem
- *Verifique a compreensão*, confirme se as pessoas cuidadoras compreenderam e se lembram das informações.

Luciana Mota finaliza sua apresentação citando Leonardo Yáñez, representante sênior da Fundação Bernard Van Leer na América Latina:

“Mesmo em situações de pobreza, quando as crianças recebem estímulos positivos, elas aumentam suas chances de desenvolvimento”.

3.2.3. As Interações Responsivas para a Aprendizagem / Professora e Dra. Alessandra SCHNEIDER da Universidade de Toronto, Canadá.

A palestrante indica que tratará dos fundamentos que orientaram a capacitação para as equipes do Programa Criança Feliz do Ministério da Cidadania, apoiado pela Universidade de Toronto e pela Fundação Bernard Van Leer; e do Programa Criança Feliz no Programa Primeira Infância Melhor do Governo do Rio Grande do Sul.

Destaca que os fundamentos principais que orientam o programa de capacitação preconizam que:

- As experiências das crianças nos primeiros dois anos de vida constroem a arquitetura cerebral
- A pobreza no início da vida predispõe as crianças para resultados ruins
- Cérebros pouco desenvolvidos contribuem para a violência, vício e abandono escolar
- Podemos alterar a relação entre pobreza e problemas na infância quando melhoramos o *ambiente doméstico*;
- No período de vida de 0 a 2 anos, a ‘responsividade’ é o aspecto da parentalidade considerado mais importante para a aprendizagem e a saúde mental.

SCHNEIDER define responsividade como a capacidade da pessoa cuidadora de perceber os sinais da criança e responder de forma a atender às necessidades dela. Ela agrega outros pontos relevantes na relação da criança com a pessoa cuidadora:

- Observação: a pessoa cuidadora observa os sinais da criança, como movimentos e vocalizações;

- Interpretação: a pessoa cuidadora interpreta com precisão esses sinais, percebendo, por exemplo, que um bebê irritável está cansado e precisa descansar ou está apresentando sinais de doença;
- Ação: a pessoa cuidadora age de forma rápida, consistente e eficiente para atender as necessidades da criança.

A especialista afirma também que as interações responsivas para a aprendizagem, incluem sensibilidade e estimulação, especificando a relevância da sensibilidade para ler os sinais sutis e muitas vezes não verbais das crianças pequenas, e a estimulação como um componente para ampliar o desenvolvimento, a partir dos interesses e habilidades da criança; para estabelecer comunicação recíproca; para conectar ideias e experiências familiares e ajudar a criança a ir além do que ela consegue fazer sozinha.

Ela explica que uma interação (muito) responsiva pode ser verificada observando as iniciativas da criança, indicativas de seu interesse, e observando a atenção da mãe e sua paciência com os interesses da criança. Numa interação menos responsiva observa-se a falta de atenção e de interesses comuns entre o adulto e a criança. Ela conclui que interações responsivas ajudam a formar as conexões cerebrais das crianças, conexões que promovem melhores *habilidades lingüísticas; capacidade de entender o outro (empatia) e habilidade cognitiva*.

SCHNEIDER também aborda na sua explanação o curso online **“Interações Responsivas para a Aprendizagem”** destacando elementos que o embasam e organizam tais como metodologia, estrutura, entre outros, a exemplo dos **objetivos**, como seguem:

- Ensinar supervisores/as e visitantes/as domiciliares como melhorar a responsividade das pessoas cuidadoras de uma forma envolvente e fácil de entender
- Componentes didáticos e experienciais
- Assistir videoaulas

- Analisar vídeos de interação cuidador-criança e cuidador-criança-profissional
- Praticar habilidades relativas a interações responsivas com colegas (dramatizações)

Ela partilha um dos componentes da **metodologia** de ensino do curso, indicando que visitadores/as domiciliares ensinam pessoas cuidadoras a serem mais responsivas usando 4 perguntas: 1. Como a criança está se **S**entindo? 2. Para onde a criança está **O**lhando? 3. No que a criança está **P**ensando? 4. Como eu posso **A**mpliar a partir disso – o “SOPA”.

Do ponto de vista da **estrutura** o curso está organizado em módulos:

Módulo 1: O que são interações responsivas para a aprendizagem?

Módulo 2: O que a criança está sentindo, pensando e é capaz de fazer?

Módulo 3: Orientando famílias

Módulo 4: Estrutura das visitas domiciliares e monitoramento do progresso

Módulo 5: Como supervisionar de forma responsiva.

Ela explica que parte do curso pode ser realizado individualmente e online, mas o componente experiencial, que compreende a discussão entre colegas, deve ser feito em grupo com visitadores/as e supervisor/a. Os Modos podem ser: individual, online e um grupo municipal que envolve as varias instituições locais na sede do PCF.

O componente experiencial do curso prevê que: visitadores/as e supervisores/as dramatizem situações e dialoguem; visitadores/as aprendam a identificar e contar os comportamentos responsivos; aumentem sua habilidade para orientar por meio de dramatizações repetidas.

Finalmente, a palestrante afirma que o curso melhora o conhecimento e a capacidade de visitadores/as e supervisores/as para orientar pessoas

cuidadoras sobre interações responsivas e destaca que ao menos parte do curso online (o componente 'Discussão entre Colegas') deve ser feito em equipe para que a parte experiencial seja realizada a contento. Ela também indica que o acesso ao curso, na Plataforma do Ministério da Cidadania, pode ser feito através do <https://moodle.cidadania.gov.br/ead/>

3.2.4. A importância da brincadeira para a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês e das crianças / Sra. Adriana TOLEDO – Gestora Estadual da Educação Infantil de Pernambuco / Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco.

A palestrante iniciou sua apresentação fazendo uma dupla afirmação: que **brincar** é um direito da criança e a importância da brincadeira na aprendizagem e no desenvolvimento dos bebês e das crianças. Apresentou em seguida um dos marcos legais que sustentam este direito, a Constituição Federal de 1988 que afirma, no Art. 227, ser “*dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*” (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Prosseguindo na abordagem, Adriana Toledo reafirma que brincar é um direito que também está assegurado na Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU, aprovado em 1959 e reiterada em 1989, quando indica, no Art.31 que “*a criança tem direito ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como a livre participação na vida cultural e artística*”, premissa também reforçada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no seu Art. 16, que assegura: “*A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.*”

O direito à liberdade referido no ECA compreende os seguintes aspectos: brincar, praticar esportes e divertir-se. A gestora finaliza sua fala - ancorada na correlação do brincar como direito das infâncias - abordando o Marco Legal da Primeira Infância, uma lei costurada a muitas mãos e sancionada em 2016, na qual estão garantidos:

- O direito de brincar, de ser cuidado por profissionais qualificados/as em Primeira Infância, de ser prioridade nas políticas públicas;
- Direito a ter a mãe, pai e/ou pessoa cuidadora em casa nos primeiros meses, com licença-maternidade e paternidade justas;
- Direito a receber cuidados médicos consistentes, especialmente os/as que estão em condições de vulnerabilidade.

Com relação ao brincar e à aprendizagem, lembra que estão também assegurados na Base Nacional Curricular Comum - BNCC (2017) ³ e no Currículo de Pernambuco para Educação Infantil (2018) ⁴.

TOLEDO afirma ainda que diversos estudiosos e estudiosas do desenvolvimento infantil reforçam a importância do brincar e estudam, cada vez mais, a relação entre aprendizagem e brincadeira. Neste sentido a gestora destaca que a criança tem o direito de aprender a brincar, pois “Quando os bebês e as crianças brincam, eles expressam o que pensam sobre o mundo!” Por meio das brincadeiras, bebês e crianças criam e reinventam sua própria realidade, fazem escolhas e tomam decisões, experimentam, investigam e exploram. As crianças aprendem brincando. As crianças resolvem problemas quando brincam⁵. Quando estão brincando, os bebês e as crianças vão percebendo os que são capazes de fazer conhecem os espaços que seus corpos ocupam e o que podem fazer - vivem, portanto, as dificuldades e assim

³ Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil. <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/bncc-educacao-infantil>

⁴ Currículo de Pernambuco para Educação Infantil. <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%203.pdf>

⁵ @bolinhadeguderecife

procuram saídas, opção de escolha e não esperam a pessoa adulta para brincar.

A convidada destaca que existem características sobre o brincar que precisam ser conhecidas⁶:

- As manipulações e as investigações iniciais, aparentemente insignificantes aos olhos de muitos adultos, e realizadas inúmeras vezes pela criança, não apenas são o início do brincar, mas constituem o início do pensamento;
- A presença do adulto pode e deve ser sentida. A criança, no brincar, sabe que a pessoa adulta está por perto e que pode contar com ela, caso precise de alguma coisa. No entanto, a criança não espera que o/a adulto se aproxime para mostrar *o que brincar e como*.

Se desde sempre a criança recebe liberdade de movimentos e é atendida em suas necessidades básicas, durante os momentos de cuidados, além de ter oportunidade de seguir seus próprios interesses, a criança descobre a capacidade de explorar o seu mundo, compreendê-lo e conhecê-lo. Além disso, elas têm a chance de encontrar seu próprio lugar no mundo. A gestora reforça ainda, na sua explanação, a importância de educadores/as e pessoas cuidadoras que possam ensinar, estimular, acompanhar e garantir o cuidado e a segurança nas brincadeiras de crianças pequenas, de forma planejada e coordenada.

A palestrante finaliza, defendendo que é preciso confiar na força do brincar nas ações com a primeira infância! Ela traz, encerrando sua participação, alguns trechos, pequenos registros de pensamentos, que reiteram esta perspectiva:

“Em geral, a brincadeira é considerada uma pausa do aprendizado sério. Mas, para as crianças, brincar é um aprendizado sério.” MR. ROGERS

“Brincar com o outro, portanto, é uma experiência de cultura e um complexo processo interativo e reflexivo que envolve a construção de habilidades, conhecimentos e valores sobre o mundo. O brincar contém o mundo e ao mesmo tempo contribui para expressá-lo, pensá-lo e recriá-lo. Dessa forma, amplia os conhecimentos da criança sobre si mesma e sobre a realidade ao seu redor”. BROUGÈRE

"A criança, desde bebê, tem muitas necessidades, entre elas o brincar, que é um dos seus direitos. O Brincar é atividade principal do dia a dia da criança." Do livro O Brincar Heurístico na Creche. (FOCHI, 2018, p.55)

3.2.5. A Metodologia do Programa Mãe Coruja Pernambucana / Sra. Ana Sofia COSTA – Diretora Geral do Programa Mãe Coruja Pernambucana

A diretora do Programa Mãe Coruja Pernambucana, informa que este foi implantado em 2007 como política pública estadual, regulamentada através da Lei nº 13.959 de 15/12/2009. Está presente em 137 municípios do Estado (135 por meio de gestão estadual e 2 por meio de gestão municipal), também no distrito de Fernando de Noronha e, atualmente, está em processo de expansão para mais 45 municípios. Alicerçado no princípio da intersetorialidade (eixos: saúde, educação, cultura e desenvolvimento social), o Mãe Coruja foi premiado com o United Nations Public Service Awards – UNPSA (ONU – 2014) - o Prêmio Interamericano da Inovação (Organização dos Estados Americanos - 2014); Prêmio Márcia Dangremon (CEDCA – 2016); Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (Governo de Pernambuco – 2017) e o Grand Challenges Explorations (Fundação Bill Gates e Melinda Gates - 2018).

Como contexto de implantação do Programa, em 2009[1], a palestrante cita:

- Dificuldades para as mulheres no acesso à assistência pré-natal
- Alta taxa de mortalidade infantil no estado
- Alta razão de mortalidade materna
- Dificuldades para articular políticas públicas de atenção às mulheres e à primeira infância
- Crise econômica e social

- Crise sanitária
- Municípios com elevadas taxas de mortalidade infantil e materna e necessidade de apoio à rede materno-infantil.

A Missão do Programa foi definida como: *“Contribuir para a redução da mortalidade materna e infantil no estado de Pernambuco, através da indução de políticas públicas de atenção integral à gestante e à criança na Primeira Infância, visando o empoderamento da mulher e o fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e comunitários na perspectiva do desenvolvimento humano”*.

Hoje, o Programa Mãe Coruja Pernambucana dispõe de mais de 215 mil mulheres cadastradas e acompanhadas; mais de 260 mil gestações acompanhadas; mais de 190 mil crianças cadastradas e acompanhadas. As principais ações do Programa, conforme dados do SIS Mãe Coruja Pernambucana 2008-2022 são:

- Articulação da rede para garantia de direitos
- Estímulo ao desenvolvimento infantil
- Acompanhamento das gestantes
- Círculos de Educação e Cultura
- Acompanhamento das crianças
- Ações culturais
- Busca ativa de gestante/criança de alto risco
- Ações de Segurança Alimentar e Nutricional
- Vigilância do óbito e Cursos de Qualificação Profissional.

Sobre a metodologia do Programa, COSTA afirma que o trabalho intersetorial é a potencialidade do Programa para a promoção de uma primeira infância mais saudável. Concebido enquanto iniciativa intersetorial, é esta perspectiva que orienta o fazer, a forma como as ações do Mãe Coruja são realizadas. Desse modo, articulação, integração e execução intersetorial estão

presentes em todos os níveis - desde o Canto Mãe Coruja nos municípios, ao nível gerencial do Programa, no intuito de promover atenção integral à mulher, filhos/as e famílias pernambucanas.

Reforçando a perspectiva, a Diretora traz mais elementos acerca da intersectorialidade como conceito base do Programa e cita:

“Articulação entre sujeitos sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos, é uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas que pretendem possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na saúde da população”. FEUERWERKER; COSTA, 2000.

Destaca que a articulação, integração e execução intersectorial estão em todos os níveis de execução do Programa e elenca as instâncias envolvidas no Grupo de Assessoramento do Mãe Coruja: do Gabinete do Governador; da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; da SDSCJ; da SES; da SEE; da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação - SETEQ; da Secretaria Estadual de Cultura - SECULT; da Secretaria da Mulher; da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDAS e do Gabinete de Projetos Estratégicos - GAPE. Da mesma forma, no Canto Mãe Coruja envolve participantes do CRAS, do CREAS, do IPA, do SUS, do Saúde da Família, do Programa Criança Feliz, das secretarias da Educação e da Secretaria da Mulher em cada município. Conclui afirmando que outro aspecto do fazer do Programa é gerar atenção integral à mulher, filhos e famílias pernambucanas.

Contato: E-mail: dgpemaecoruja@gmail.com

3.2.6. A Metodologia do Programa Olhar para as Diferenças - Pernambuco

Sra. Flávia VERAS – Coordenadora Estadual do Programa Olhar para as Diferenças em Pernambuco da SEPCJ/SDSCJ

Flávia Veras inicia a apresentação do Programa tratando das práticas cotidianas e metodologias de trabalho que priorizam o cuidado e o atendimento integral às crianças de 0 a 6 anos. O Programa Olhar para as Diferenças tem uma coordenação conjunta composta pela SEEPE, a SES e a SDSCJ. Em

seguida, a Coordenadora relata o percurso de criação do Programa, uma iniciativa delineada em 2015, a partir do Curso de Liderança Executiva em Primeira Infância. No ano seguinte, em 2016, foi elaborado um Plano de Trabalho, quando o programa aparecia como um GT do Programa Mãe Coruja. A partir de 2017/2018 se constituiu como **Programa Olhar Para as Diferenças** e foi lançado em Agosto de 2019 com a finalidade de *“Consolidar e sistematizar ações intersetoriais que assegurem o acesso das crianças com deficiência às redes de assistência social, saúde e educação, por meio da articulação entre governo do estado, municípios, famílias envolvidas e instituições de referência”*.

Entre as ações previstas no Programa estão:

- Articular os serviços de saúde, educação e assistência social das redes estadual, municipal e privada, para o atendimento integral às crianças com deficiência
- Fortalecer os equipamentos de saúde, educação e assistência social
- Elaborar material instrutivo, criar protocolos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento intersetoriais
- Formar profissionais de saúde, educação, assistência social
- Articular junto aos gestores municipais para que as crianças com deficiência possam ser atendidas nos serviços da própria região
- Orientar as famílias sobre os cuidados, estímulos e encaminhamentos necessários às crianças com deficiência
- Potencializar as salas de recursos multifuncionais e de reabilitação para atendimento especializado, existentes na rede Estadual e Municipal, por meio de Kit MovimEntAção
- Articular com as secretarias municipais de educação para efetivação das matrículas das crianças em creches, centros de educação infantil ou escolas
- Pactuar juntos aos CRAS o acompanhamento das famílias

O programa tem atuação nas seguintes áreas:

Região 1: VI GERES - abrangendo os municípios de Arcoverde, Buíque, Custódia, Ibimirim, Inajá, Jatobá, Manarí, Pedra, Petrolândia, Sertânia, Tacaratu, Tupanatinga e Venturosa. No momento com 483 crianças monitoradas;

Região 2: IX GERES - abrangendo os municípios de Araripina, Ouricuri, Ipubi, Exu, Trindade, Bodocó, Granito, Parnamirim, Santa Filomena, Santa Cruz, Moreilândia. No momento, há 503 crianças identificadas.

O modelo de governança do Programa envolve um comitê consultivo; um comitê executivo e comitês regionais. Do ponto de vista do desenho de funcionamento, o Olhar para as Diferenças está organizado em um organograma que contempla: a coordenação estadual; as coordenações regionais; os articuladores e articuladoras municipais e os serviços de saúde, de educação e de assistência social.

A Coordenadora partilha que em 2020, dado o contexto da crise sanitária, o Programa passou por mudanças, com ressignificação e resiliência buscando o propósito de um novo fazer necessário em vista da realidade. Visitas virtuais, lançamentos, reuniões virtuais e lives foram incorporadas como atividades. Nesse período definiram-se como eixos estruturantes:

- **Formações:** foram realizados 4 Módulos em Educação a Distância - EAD, com carga horária de 88 horas, registrando-se 1.336 participantes e 63 municípios contemplados.
- **Fortalecimento dos Locais de atendimento:** 9 novas salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE foram estruturadas nos municípios, 11 novos serviços de saúde foram disponibilizados para o atendimento de reabilitação das crianças.

A Coordenadora também registra a criação de Kits de desenvolvimento infantil, destacando que um total de 50 Kits foram distribuídos, com 30 itens por cada kit.

A Consolidação da Rede de Cuidados: com adequação da Unidade Pernambucana de Atenção Especializada – **UPAE**, como serviço de referência; Centro de Atendimento Especializado em Sertânia; 67 articuladores municipais; constituição do comitê regional na VI GERES; 100% das crianças atendidas vacinadas para Influenza; criação do prêmio **Município que faz a Diferença - 2020 e 2021 e Monitoramento das Crianças** com planilha eletrônica intersetorial de monitoramento.

VERAS destaca ainda algumas conquistas, como: 245 crianças matriculadas; novos serviços de saúde estruturados; materiais elaborados (5 cartilhas elaboradas e 1 guia); 50 kits de Estimulação e Reabilitação; 358 Atendimentos/UPAE; 86 diagnósticos fechados de deficiência; 483 crianças com monitoramento intersetorial online; crianças identificadas; 9 novas SEM; 100% das crianças vacinadas cadastradas no Programa; 986 profissionais treinados; audiodescrição dos materiais educativos do Programa.

“Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”. (Saint-Exupéry)

Contato: gerencia.infancia.pe@gmail.com e 81.3183-0712

4. MESAS TEMÁTICAS DO SEGUNDO DIA - 25/08/20224.

- 4.1. MESAS TEMÁTICAS DA MANHÃ: MESA 1 - NARRATIVAS E POSSIBILIDADES – ACOLHENDO CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA; MESA 2 - AS INFÂNCIAS BRASILEIRAS – PRIMEIRA INFÂNCIA, PRIORIDADE ABSOLUTA

A manhã do segundo dia do **Seminário Intersectorial. Todes pela Primeira Infância: Fortalecer quem Cuida**, foi dedicada a duas mesas temáticas. A primeira mesa, “Narrativas e possibilidades – acolhendo crianças na primeira infância”, a segunda “As infâncias brasileiras – primeira infância, prioridade absoluta”.

As mesas trouxeram para o primeiro plano a garantia de direitos de crianças, com ênfase na primeira infância, sob o pano de fundo e na perspectiva da Proteção Integral e Prioridade Absoluta, princípios que ancoram o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, estiveram também em foco, partilhando narrativas de suas atuações e experiências, instituições da sociedade civil organizada - cujo papel e contribuição na promoção, defesa e, sobretudo, na reivindicação e incidência sobre políticas públicas que garantam direitos de crianças e adolescentes são fundamentais. A manhã demarcou, portanto, sentidos de convergência, agregando vozes e representações de lugares políticos distintos - Organizações Não Governamentais, Institutos, Gestão Municipal.

Política Pública inserida desde 2009 no Estatuto da Criança e do Adolescente, como prioridade ao acolhimento institucional, o **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – SFA** esteve no centro da abordagem da **Mesa 1** enquanto modalidade de acolhimento que visa *“oferecer proteção integral às crianças e adolescentes que precisam ser afastados/as temporariamente de sua família de origem ou extensa, por medida de proteção”*. A Mesa, considerando o perfil das instituições convidadas, de certa maneira imprimiu uma linha histórica do SFA. A programação colocou em diálogo a experiência do Serviço no município do Rio de Janeiro, desenvolvido desde 1996, como fruto da articulação Conselho Municipal de Direitos da

Criança e do Adolescente – Organizações da Sociedade Civil – Gestão Municipal, e outras experiências mais recentes, inclusive ancoradas em gestões municipais pernambucanas – caso de Jaboatão dos Guararapes e Paudalho. A diversidade de realidades - Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco - também foi uma característica e uma riqueza dessas Mesa. Pontuando sempre o caráter excepcional e provisório que o acolhimento - institucional ou familiar - deve manter, permearam as falas das convidadas, as conquistas, complexidades e desafios que constituem o SFA.

O acolhimento em suas múltiplas modalidades também perpassou a **Mesa 2**, na medida em que contou com o relato das Aldeias Infantis, organização de abrangência global que atua no acolhimento na perspectiva do apoio às famílias (biológica, assistida) e às crianças (Centro Dia, Casa Lar, Família Acolhedora). No relato partilhado no Seminário a especificidade das infâncias migrantes foi um ponto de atenção.

A mesma mesa, enfatizando as infâncias na interface com a garantia de direitos, bem como as infâncias em suas especificidades, propôs explorar direitos por meio de uma inversão do olhar. Primeiro, colocando em foco o espaço urbano e sugerindo refletir sobre o direito à cidade tendo como ponto de partida uma questão trazida pela Urban 95, outra iniciativa de âmbito global convidada do Seminário, que *“busca incluir a perspectiva de bebês, crianças pequenas e cuidadores no planejamento urbano”* e questiona: *“se você pudesse vivenciar a cidade a partir dos 95 cm – a altura média de uma criança de 3 anos – o que mudaria?”*

Segundo, enfocando a brincadeira, e, nesse caso, como propõe a organização Carretel Cultural, de Minas Gerais: priorizando e valorizando a “cultura da infância” como um caminho e uma via para promover não só o brincar, mas o brincar como aprendizagem e forma de interação com o mundo. E como forma de acessar muitos outros direitos.

4.1.1. Mesa 1. Narrativas e Possibilidades – Acolhendo Crianças na Primeira Infância.

A mesa foi coordenada por Fernanda Vieira de Melo, Assistente Social e Gerente de Proteção Social Básica, do Governo do Estado de Pernambuco. A importância dos encontros, após o período de distanciamento ocasionado pela pandemia, foi a tônica da breve fala de boas vindas e da abertura das atividades da manhã feita por Fernanda Vieira.

Participaram da mesa temática, partilhando experiências de acolhimento na primeira infância:

– **Cláudia Cabral (participação virtual)** – apresentando o Programa Família Acolhedora (Rio de Janeiro): psicóloga, pós-graduada em Pedagogia, fundadora e Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens, e ainda: idealizadora do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e membra do Conselho Consultivo da Rede Latino-Americana de Acolhimento Familiar. Cláudia também é consultora do Serviço Social Internacional de Genebra e membra fundadora da Aliança Mundial Family for Every Child.

– **Lara Naddeo** – apresentando a experiência do Instituto Fazendo História: Coordenadora de Pesquisa e Difusão de Conhecimento do Instituto Fazendo História - IFH (São Paulo)

– **Mayara Brito** – apresentando a experiência Família Acolhedora em Jaboatão dos Guararapes-PE: Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Jaboatão dos Guararapes, mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba, especialista em gestão estratégica na área social, membra do grupo de estudo, pesquisa, assessoria e políticas sociais da UEPB, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaboatão.

– **Débora Ellen Pedrosa** – apresentando a experiência da Família Acolhedora em Paudalho- PE: Psicóloga da Proteção Social Especial de Paudalho, pós-graduada em intervenções clínicas e pós-graduanda em

psicologia social.

4.1.1.1. Programa Família Acolhedora / Sra. Cláudia CABRAL – Dir. Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens, Rio de Janeiro/RJ.

Cláudia CABRAL inicia cumprimentando a mesa, a coordenação do evento e agradecendo poder participar do Seminário. Destaca o fato de Pernambuco sempre trazer avanços e reflexões na área da Primeira Infância. Também agradece a compreensão por estar participando de forma remota.

Sinaliza que trará, de início, a realidade do estado do Rio de Janeiro, de onde ela é e onde atua. Destaca que para ela é impossível falar sobre acolhimento na primeira infância sem falar da sua própria história e o que a fez ingressar na área da convivência familiar e comunitária para contribuir, dentro do possível, com a mudança de um quadro muito difícil, dada a condição da infância nesse período, nas décadas de 70 e 80. O entrecruzamento de experiência pessoal-profissional, o período histórico, as concepções de infância, demarcadores de condição social e vulnerabilidades, das políticas públicas protetivas da infância existentes, ou não, são a tônica da primeira parte da apresentação da convidada. Ela relata cenas e imagens que dão conta da situação de extrema violação de direitos das crianças abrigadas na época, bem como das suas famílias, apontando que esteve, no início da sua atuação profissional, como psicóloga recém-formada, em instituições com mais de 80 bebês - por vezes 3 bebês no mesmo berço - identificados/as com esparadrapo no braço como “*João S/N*” ou “*Maria de Tal*”.

Nessas condições, nas quais o contato humano com as crianças era mínimo, refletir e promover vínculo *família-criança* era improvável. Isto porque, entre outras situações, visitas dos pais só eram permitidas a cada 15 dias e, quando completavam 3 anos, as crianças eram transferidas para outras instituições, sem aviso prévio, sem que os pais fossem informados. Muitas vezes, nos casos em que havia mais de um filho/a, cada um/a era encaminhado/a para uma instituição diferente. O impacto emocional nas crianças em momentos como esses, que ela acompanhou, era enorme. Havia

choro e pânico de todos/as, mesmo ainda muito pequenos/as, pois percebiam o que ocorreria. CABRAL pontua diversos nomes que, junto com ela, estiveram empenhados em pensar e lutar para outras formas de acolhimento/abrigamento para crianças que necessitavam ser afastadas de suas famílias.

É nesse contexto que, em 1982, ela conhece a proposta e perspectiva da **Família Acolhedora**, na França, quando defendia mestrado sobre “*A Criança Pequena Acolhida*”, momento no qual a ideia da Família Acolhedora tornou-se foco de seu empenho, atuação e militância. Rememora e enfatiza que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, nos anos 1990, possibilitou que haja, atualmente, um contexto completamente diferente daquela realidade que ela acompanhou.

A palestrante divide o quanto os estudos sobre a Teoria do Apego a marcou, permitindo acessar e pesquisar outras realidades e ver o que o Brasil estava fazendo e o que não podia mais continuar fazendo, constatando ser alarmante como então, nesse período, se promoviam abandono, como se promovia a separação. Expõe em seguida as variáveis que interferem no **momento da separação**: *a natureza afetiva do apego à figura principal (mãe ou pai, ou outro/a adulto); a idade no momento da separação; a duração da separação; a qualidade afetiva do substituto; as circunstâncias da separação (brusca ou lenta).*

Sobre os **efeitos da separação** destaca pontos que, ela entende, deve-se lutar para que não aconteçam, nem no acolhimento institucional nem no familiar:

- **No momento da separação** - quando a criança busca por encontrar a figura de apego, que isso seja garantido e possibilitado, posto que a busca frustrada e sofrida dessa figura limita as possibilidades de construir laços e coloca as crianças numa condição de dor, desespero, perda de esperança e, com o passar do tempo, produz indiferença, desapego.
- **Na separação duradoura** - o passar dos anos na instituição traz como “efeitos” a dificuldade de conformar-se com as regras, pouca

tolerância à frustração, sensação de injustiça (“**eu não valho nada para ninguém, então não devo nada a ninguém**”), recusa apática em relação às dificuldades afetivas. Sobre este último ponto ela alerta: ainda hoje notificam-se casos de crianças acolhidas há mais de 5 anos.

Ela propõe uma reflexão a partir do cenário e pontos de atenção para quem atua na Proteção Especial, tendo como pano de fundo 03 questões: **Como prevenir as separações? Como preparar as separações? Como “acompanhar” as separações?** A partir desses pontos, CABRAL reflete sobre a separação como ação não apenas no campo do concreto, objetivo, mas que reverbera no plano simbólico, uma dimensão de grande importância, na perspectiva do impacto, causada pela separação no processo psíquico. Ela afirma haver uma leitura terapêutica, fundamental, da contribuição da psicologia nos trabalhos sociais de proteção especial. Frente a isso, destaca que há muito acúmulo a respeito: a teoria sobre vínculo, trauma, neurociência, a contribuição de Emmi Pikler (foco de uma das abordagens no 1º dia do Seminário Intersetorial). Ela sintetiza, na sua apresentação citando Ford & Wilson, 2012, p12, que “*Não precisa ser terapeuta para ser terapêutico*”, mas há todo um trabalho terapêutico que é necessário conhecer.

Claudia Cabral destaca então algumas questões legais e os marcos internacionais e nacionais. Reflete sobre o imbricamento do político e do legal, no sentido de reforçar a não institucionalização de crianças, principalmente, de 0 a 3 anos. Faz referência às Diretrizes das Nações Unidas sobre o Uso e Condições Apropriadas para Cuidados Alternativos com Crianças (ONU, 2009), e destaca a Diretriz 21, onde a opinião predominante dos especialistas é de que os cuidados alternativos de crianças pequenas, particularmente aquelas com menos de 3 anos, devem ser prestados preferencialmente em ambiente familiar. As exceções seriam no caso de grupo de irmãos, emergencial e ou de período predeterminado e de curta permanência. Ela destaca ainda esforços e atuações amplas contra a não institucionalização de crianças de 0 a 3 anos, e a primazia da acolhida, preferencialmente, em Família Acolhedora. Cita a atuação, nessa frente, da Rede Latino-Americana, da qual faz parte.

No cenário nacional, pontua que, em 2009, o Brasil endossa a

importância do Acolhimento Familiar, mas não faz referência à questão da faixa etária. Sobre este ponto ela divide com todas/os uma questão: *como, dentro de todo o movimento que vem sendo feito para ampliar o número de Acolhimento Familiar, pode-se enfatizar a importância de que a idade de 0 a 3 anos seja condição sine qua non que indique preferencialmente ou totalmente colocada em Acolhimento Familiar?* Reforça que a questão é trazida com todas/os já a par de que estudos comprovam a questão - não estamos mais no mesmo cenário de antes.

A convidada passa a abordar como o Família Acolhedora no Rio de Janeiro, desde a gênese do Serviço, remetendo e situando o ano de 1995, 5 anos após a promulgação do ECA. No contexto que traça além da relevância do Estatuto como maior avanço legislativo para os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, chama atenção para o papel e importância dos Conselhos de Direitos frente às políticas públicas voltadas à infância - tanto que o Família Acolhedora do Rio nasce como uma deliberação de uma política municipal de acolhimento familiar com foco na primeira infância, exatamente de 0 a 6 anos, ancorada no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro. Nasce como um projeto voltado à criação de uma metodologia que posteriormente se configuraria em serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social. Assim, durante 3 anos, a ONG Terra dos Homens, junto com mais duas ONGs, Pastoral do Menor e Lar Fabiano de Cristo, e o governo local, criaram o Serviço de Família Acolhedora, no bojo de uma política que nasce e se desenvolve, de 1996 a 1999, com foco na primeira infância, priorizando o Acolhimento Familiar. Cláudia também situa que quando o Serviço é abrigado na Prefeitura do Rio (em 2000), a faixa etária se amplia até os 14 anos, e enfatiza que: a metodologia na implementação do Serviço Família Acolhedora – SFA / RJ, comprovadamente deu certo, e como indicador há o fato de, até o presente, o Rio seguir trabalhando da mesma forma.

Entende que o SUAS desenhou muita coisa metodologicamente parecida, com a mesma formatação, cuja modelo, em termos de equipe, espaço territorial, fluxo e modo de atuação se organiza como segue:

- Uma dupla⁷ formada por 01 Assistente Social e 01 Psicólogo/a (para acompanhar cada caso);
- Atuação em cada uma das 10 regiões administrativas, onde são criados vários serviços - visita domiciliar, entrevistas, grupos de famílias e encaminhamentos.

Em termos quantitativos (atendimentos): cada 100 Famílias Acolhedoras – 10 casos por dupla - 12 meses; para 200 casos e prevenção à separação (in loco), 20 casos por dupla e 18 meses. Cada dupla atende média complexidade, 20 casos, para prevenir separação, e casos de alta complexidade, os 10 da Família Acolhedora. Aponta que notifica-se 90% de sucesso, e efetividade, de retorno às famílias de origem. Este percentual ela também credita ao trabalho de prevenção da média complexidade, atuando focadamente para evitar separação da família de origem. Também destaca as articulações da sociedade civil, instâncias paritárias, bem como a atuação de entidades do sistema de justiça no âmbito do Família Acolhedora: a) Fórum estadual pró Serviços Família Acolhedora; b) A Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora; c) Movimento Nacional; d) Ministério Público do Rio de Janeiro, que tem um papel de destaque – por meio do Módulo Criança e Adolescente - MCA, no monitoramento e controle da situação dos acolhimentos. Nesse sentido, ela apresenta alguns dados, de 2022, de monitoramento desse órgão, como segue:

Atendimento	número de entidades	número de c/a
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	186	1.455
Serviço de Acolhimento Institucional/ Modalidade Abrigo Institucional	147	1.239
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	25	128
Serviço de Acolhimento Institucional/Modalidade Casa-Lar	14	88

9% de crianças e adolescentes em SFAs; entre os 91 municípios, 15 com SFA, e capital com 10 SFAs.

⁷

Frente a este ponto CABRAL ressalta que a formatação em dupla demarca quando a psicologia entra para Assistência Social com força maior, fato que entende ser muito importante na área da assistência.

Destacando o percentual de apenas 9% de crianças em Famílias Acolhedoras, CABRAL enfatiza que é necessário ampliar o número, mas com qualidade e a garantia necessita de monitoramento. Considerando o monitoramento, verifica-se que o maior número é de crianças de 0 a 6 anos. O SFA corresponde a 81% de crianças nessa faixa etária, mas ainda não se tem a diferença do acolhimento institucional e o acolhimento familiar e que começarão a trabalhar com dados que destaquem a diferenciação e o detalhamento cada vez maior entre Família Acolhedora e acolhimento institucional na faixa etária de 0 a 6 anos. Entretanto pondera: se há muita criança de 0 a 6 anos, e também há reduzido acolhimento familiar, pode-se imaginar que há muitas crianças de 0 a 6 anos nas instituições. Na realidade do Rio ressalta que o tempo de acolhimento melhorou muito depois da Lei, constituindo uma grande diferença frente ao que era antes. Normalmente de até 3 anos de acolhimento é o grande percentual, mas precisa-se ver essa diferença dentro do Serviço Família Acolhedora, isso ainda fica em aberto.

Tempo de institucionalização das crianças e adolescentes que se encontram em regime de acolhimento institucional ou familiar.

C/A acolhidos	nº de c/a	%
Há menos de 6 meses	555	38,14
Há mais de 6 meses e há menos de 1 ano	227	15,60
Há mais de 1 ano e há menos de 1 ano e 6 meses	181	12,44
Há mais de 1 ano e 6 meses e há menos de 3 anos	230	15,81
Há mais de 3 anos e há menos de 4 anos	83	5,70
Há mais de 4 anos e há menos de 5 anos	55	3,78
Há mais de 5 anos e há menos de 10 anos	103	7,08
Há mais de 10 anos	21	1,44
Total	1.455	100,00

Novamente destaca a importância do monitoramento e indica que solicitou ao Módulo Criança e Adolescente - MCA, separar as informações dos casos de acolhimento familiar e dos casos de acolhimento institucional. Nesse sentido, menciona dados de julho de 2022, onde se observa, em dois municípios, a diferença da situação. Em um município há 22 crianças em acolhimento familiar e no outro há 86. No município com 22 crianças, 86% têm menos de 6 anos. Já no que tem 86 crianças, que no caso é a cidade do Rio, 26% tem menos de 6 anos, e 47% acima de 12 anos – isso porque houve muita transferência do acolhimento institucional para o acolhimento familiar.

São perfis diferentes de serviço e necessita-se avaliar cada um. Exemplifica: no município com 86% de crianças de menos de 6 anos, tem 40% de casos de adoção, enquanto que no Rio, onde há muito mais crianças maiores, há apenas 7% de casos para adoção. Por outro lado: o tempo de acolhimento daquele município, de 22 crianças, 96% ficam até 3 anos, ou seja: muito menos tempo. Enquanto que no Rio de Janeiro 60% ficam até 3 anos e 22% estão a mais de 5 anos acolhidos – considerando a soma do acolhimento institucional e do familiar. Ela destaca a questão comparativa entre municípios para embasar a premissa de que cada caso é um caso, cada realidade é distinta, e, nesse sentido, as demandas de metodologias são diferentes.

O diálogo sócio-jurídico é fundamental e é nele que no Rio se baseiam para poder chegar ao monitoramento. O Ministério Público - que hoje está fazendo um trabalho muito importante no Brasil - poder entender como as políticas estão se dando, devolver para o município e houver reflexão coletiva, com qualificação como o Família Acolhedora está crescendo nos estados e nos municípios, respeitando a situação particular de cada serviço e uma metodologia cuidadosa – que na verdade é não deixar uma criança dentro de uma família sem nenhum acompanhamento. Assim, enfatiza, o grande desafio é ampliar, mas ampliar com cuidado individual necessário e com muita atitude terapêutica, pois o perigo de se chegar a um quadro no qual o cuidado é impessoal, existe. E sabe-se que em outros países, a colocação em Família Acolhedora muitas vezes não foi tão monitorada como está se querendo fazer no Brasil.

Ela encerra sua fala, destacando que as outras palestrantes devem complementar a reflexão do quanto já se avançou, mas o quanto isso tudo continua sendo muito delicado e o quanto é preciso cuidar desses casos e dessas crianças que já estão em situação vulnerável – nesse sentido, os serviços precisam ter uma atenção muito cuidadosa. Pontua que quando a Coalizão Família Acolhedora foi criada e elaborou o guia, representa a preocupação de, em nível nacional, poder chegar a cada município e, dentro de cada município, em cada caso, de cada criança e que se tenha, realmente, o atendimento personalizado. Que se possa, assim, apagar completamente da

memória tudo que ela vivenciou e que partilhou no início da sua apresentação, pois foi algo, de fato, muito perverso.

Contato. Claudia Cabral/ terradoshomens@terradoshomens.org.br

4.1.1.2. **Instituto Fazendo História /Sra. Lara NADDEO – Coord. de Pesquisa e Difusão de Conhecimento. São Paulo/SP**

Lara NADDEO faz agradecimentos e ressalta a alegria de compor a mesa junto com as demais convidadas. Ela destaca os principais pontos que irão orientar a sua explanação: a experiência do Serviço Família Acolhedora - SFA em São Paulo e os parâmetros e princípios do Serviço. Faz um breve resumo do Instituto Fazendo História - IFH, sediado em São Paulo, uma organização da sociedade civil que atua em todo o Brasil, sobretudo após o trabalho on-line. Desde sua fundação, em 2005, o foco é o cenário de acolhimento, desenvolvendo iniciativas com crianças que estão em medida de proteção. No início, quando não havia SFA em São Paulo, atuava nos serviços institucionais – abrigos e casas lares; hoje são cerca de 30 crianças e adolescentes acolhidos.

O IFH desenvolve seu trabalho por meio de programas: **Famílias Acolhedoras** - serviço de acolhimento para crianças de 0 a 6 anos, em famílias voluntárias, até sua reintegração familiar ou adoção; **Grupo Nós** - acompanha e facilita o processo de transição de jovens acolhidos para a vida adulta, autônoma e inserida na comunidade; **Fazendo Minha História** - oferece meios de expressão para que crianças e adolescentes acolhidos conheçam e se apropriem de suas histórias de vida; **Apadrinhamento Afetivo** - Fortalece a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com perspectivas de permanência em acolhimento institucional até a maioridade; **Com Tato** - Oferece psicoterapia individual e familiar a crianças e adolescentes com vivência de acolhimento; **Formação** - oferece processos de formação e supervisão para profissionais da área do acolhimento. O Instituto também está desenvolvendo mais recentemente uma área de Advocacy e Incidência Política. Apresenta os parâmetros e princípios do Serviço Família Acolhedora. Ela articula o tópico com a fala anterior, de Cláudia Cabral, pois

avalia ser importante explicitar o que se está referindo quando se fala de Família Acolhedora. Nesse sentido destaca:

- SFA é uma política pública inserida desde 2009 no ECA como prioridade ao acolhimento institucional, que garante o acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção judicial. Ela ressalta a interface com o judiciário, que vai perpassar todo o trabalho no Serviço
- O SFA é realizado em residências de famílias acolhedoras cadastradas – podendo ser famílias de qualquer formato e configuração

Ela faz ponderações acerca do nome “família”, afirmando que é um termo que faz com que muitas pessoas não se reconheçam como uma família, nesse sentido ela afirma que usa o termo “*adultos que cuidam*”

- SFA prevê equipe responsável por mobilizar, capacitar, selecionar e acompanhar as Famílias Acolhedoras
- Tempo de acolhimento é de até 18 meses (salvo necessidade especial), o mesmo tempo do acolhimento institucional, tendo em vista o SFA segue todos os parâmetros que norteiam o institucional

O Acolhimento Familiar NÃO É adoção e um dos critérios de inclusão e exclusão, quando a família se inscreve, é não poder estar habilitada no Serviço Nacional de Adoção – SNA. Sobre este ponto evidencia e reforça que o desejo por acolher é diferente do desejo de filiação e reforça que, ao longo do processo de acolhimento, as famílias inicialmente mobilizadas para o Serviço, chegam movidas por um desejo de “*fazer o bem*”, mas vão se entendendo como agentes operadores da política pública, prevalecendo o componente de cidadania à lógica /perspectiva de caridade.

Ao passo que partilha as modalidades de acolhimento para crianças e jovens no Brasil, de acordo com Parâmetros de funcionamento dados pelas

Orientações Técnicas de 2009⁸, ela enfatiza que diversos atores políticos, como a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora e o Movimento Nacional, há muitos anos vêm defendendo e reivindicando mais projeção ao SFA, pois atualmente apenas 4% das crianças em condição de acolhimento estão em famílias acolhedoras, enquanto 95% estão em acolhimento institucional. A atuação desses atores políticos, portanto, visa que haja uma amplitude de possibilidades consideradas - entre elas a SFA -, de modo que a situação de cada criança, e das famílias, seja vistas e encaminhadas em suas especificidades. Como exemplo pontua: quando a necessidade de acolhimento é para um número grande de irmãos, a modalidade indicada talvez seja uma Casa Lar. Ela reforça que a defesa do Serviço, sua maior visibilidade como alternativa possível, não aponta para a defesa de que as outras modalidades sejam abolidas.

Sobre as **Modalidades de acolhimento**, **NADDEO** cita: **Abrigo Institucional para** 15 a 20 crianças e adolescentes, mais 10 educadores em turnos; **Casa Lar para** 10 crianças e adolescentes por casa, mais educador residente; **República para** adolescentes de 18 a 21 anos com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, com 6 jovens por casa, mais custos gradativamente assumidos pelos/as moradores/as; **Família Acolhedora para** 1 criança, adolescente ou grupo de irmãos, mais famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas. Destaca ainda os **Parâmetros do SFA**:

- Acolhimento de uma criança por família, salvo se grupo de irmãos
- Subsídio para a família acolhedora - ter clareza que não é remuneração. Obs: Enquanto está acolhendo, a família recebe uma bolsa auxílio, cujo valor é definido pela Lei - Municipal de cada município, mas normalmente é um salário mínimo por criança
- Corresponsabilidade entre família acolhedora e equipe do Serviço

⁸ RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS e CONANDA Nº 1/2009, sobre orientações técnicas de serviços de acolhimento.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

- FA não pode estar cadastrada para adoção (Lei 13257/2016 - Primeira Infância)
- FA não deve ser uma família extensa (entende-se família extensa como reintegração familiar – família extensa guardião), ou seja: não são parentes da criança. A grande maioria das vezes a família acolhedora são pessoas que não conhecem a criança
- Atendimento às diferentes situações que demandam o acolhimento: emergencial, curta, média e longa permanência.

Sobre este ponto o que emerge é o desafio em identificar famílias. Mesmo em municípios que têm o serviço há muitos anos, como Campinas, em São Paulo, confronta-se recorrentemente com a dificuldade de identificar, de forma geral, famílias acolhedoras e, mais ainda, aquelas que necessitem estar alinhadas às especificidades e questões de cada criança. A dificuldade, que se reflete em baixa quantidade de serviços, com poucas famílias acolhedoras, aponta para um cenário no qual há tímido conhecimento técnico e da sociedade civil sobre a modalidade. NADDEO partilha o site www.familiaacolhedora.org.br, da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora como fonte de pesquisa e aprofundamento, acesso a materiais, a exemplo de guias e cadernos nos quais estão todo processo de implementação do Serviço, suas metodologias.



Lara reflete sobre as formas de cuidar de crianças separadas das famílias a partir de uma fotografia, de Sebastião Salgado, onde estão vários bebês. A instituição, na qual as crianças da foto estão, chegou a atender quase 600 bebês e crianças de 0 a 6 anos, assim como muitas outras que funcionavam numa lógica de *abrigo* - onde se fornecia roupa, comida - e não de *acolhimento*, evidenciando uma perspectiva que não olhava as crianças como pessoas. Com o ECA essa situação não mais ocorre, tendo em vista que hoje, por Lei, a capacidade é no máximo de 20 crianças e adolescentes, mas a reflexão, a partir da fotografia, introduz o ponto sobre outros paradigmas de proteção e cuidado. Observando o contexto atual, verificam-se mudanças significativas, mas NADDEO pondera que mesmo 20 crianças numa instituição, sobretudo na faixa etária de 0 a 3 anos, ainda é um número elevado, considerando a capacidade das equipes, 2 a 3 cuidadoras, e a questão da rotatividade de turnos e de educadores/as, fator que impacta nas noções de referência e vínculo, sentidas por crianças maiores, por adolescentes, e também pelas crianças menores e bebês.

As pontuações evidenciam **vínculo e afeto** como fatores fundamentais no acolhimento e reforçam a compreensão do Instituto Fazendo História - onde o vínculo é tomado, também, como ferramenta de trabalho, sendo estimulado, mesmo diante de temores de dificuldades no momento da criança retornar à família de origem.

Articulando concepções institucionais, perspectivas e modos de compreender o acolhimento, a palestrante partilha a trajetória do Instituto Fazendo História na realização do SFA e também aprofunda o que é ser uma família acolhedora nessa trajetória de atuação do Instituto. Assim, traz para o primeiro plano as dimensões de afeto e disponibilidade emocional, diante da complexidade que permeia a relação *família acolhedora-criança acolhida*, que requer da família disponibilidade para receber a criança, estabelecendo com ela sólida relação de afeto, mas ao mesmo tempo sendo necessário demonstrar e trabalhar continuamente, no período do acolhimento, disponibilidade para a despedida.

Sobre a experiência do Instituto Fazendo História com o FSA, relata: o início do Serviço em 2015, em São Paulo, quando o município não dispunha do SFA; o primeiro acolhimento em maio de 2016, após 8 meses de preparação; a sistematização do trabalho e metodologia que o sustenta com a publicação e Kit de multiplicação, em 2019; convênio com a prefeitura, em 2020, propicia 5 Serviços hoje conveniados no município de SP, frente a cenário de 170 serviços de acolhimento institucional. Até então o IFH registra: 98 crianças de 0 a 6 anos foram acolhidas; 19 crianças estão acolhidas atualmente e há 32 famílias acolhedoras cadastradas.

Em seguida NADDEO enfatiza o que ser **Família Acolhedora requer**:

- Disponibilidade emocional – afeto, cuidado e segurança
- Abertura para se vincular e, na concepção do IFH, apaixonar-se pela criança
- Preparação contínua para a despedida (amor desinteressado)
- Apoio! Importante saber pedir ajuda
- Fazer parte de uma política pública. A família recebe visita da equipe com frequência, circula pelo espaço da casa, há regras a seguir.

A palestrante propõe então uma reflexão, uma provocação aos/as presentes: **só estar em família não basta**. Não se trata de propor apenas tirar das instituições e colocar numa família, mas de como se prepara essa família, de como se estrutura e implementa o Serviço no município. Reforça o quanto isso, necessita ser cuidadoso e realizado por meio de uma metodologia estruturada, com Plano Político Pedagógico consistente. Por se tratar de atendimento, de uma política, de alta complexidade destaca a importância de uma equipe completa e capacitada, dadas as situações serem difíceis, inclusive emocionalmente, para os técnicos, na lida com famílias em condição de muita desproteção social. É necessário selecionar muito bem as famílias acolhedoras e manter acompanhamento muito próximo e contínuo, dadas as especificidades de cada criança, fator que faz de cada caso um caso. Nesse sentido, independente de uma determinada família ter acolhido 10 crianças, a

décima primeira será única em relação ao que requer, trará desafios e questões para a família e a equipe precisa estar muito perto. Ela também destaca a importância do trabalho em rede estar fortalecido. Cita como exemplo casos nos quais a saúde mental é uma questão, mas não se encontra nada de registro ou acompanhamento, no CAPS. A desarticulação aponta para fragilização da intersetorialidade, enquanto fator necessário e relevante.

Em termos de estrutura do trabalho da equipe, cada dupla psicossocial no IFH trabalha acompanhando até 10 crianças. Atualmente são 6 profissionais, em 3 duplas, e 1 coordenação. Laura destaca que o IFH está localizado no centro de São Paulo, uma região com muitas pessoas em situação de rua, muitas mulheres gestantes. Têm um fluxo intenso de bebês que vêm direto da maternidade por ser um Serviço de referência no centro da cidade. Lara Naddeo finaliza destacando a importância de cada município construir seu Serviço de acordo com sua realidade e faz leitura de um depoimento:

“Quando minha filha foi acolhida eu fiquei muito bravo, não entendia o que estava acontecendo, sentia vontade de sumir, estava sozinho. Hoje entendo que a melhor coisa que aconteceu em 2019 foi o acolhimento dela. Vocês não cuidam só da minha bebê, cuidam de mim e do meu filho, e assim estou conseguindo me fortalecer pra poder cuidar dos meus filhos de novo, minha vida está mudando e agora não estou mais sozinho.” (GUSTAVO, pai. 2019)

A fala deste pai de um bebê que teve que seguir para uma família acolhedora, em 2019, que é imigrante latino e retornou ao seu país, com a criança, após ela poder retornar à família de origem.

4.1.1.3 A experiência de Família acolhedora em Jaboatão do Guararapes/PE / Sra. Mayara Brito – Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Jaboatão dos Guararapes/PE.

A Sra. Mayara Brito inicia agradecendo e afirma que, com as falas anteriores, começa-se a ver as falas nos rostos das crianças e das famílias que foram tocadas pelo acolhimento familiar. Acredita que o Acolhimento Familiar transforma a vida de quem é acolhido, como também transforma a vida de

quem acolhe, é uma troca, é um sentimento. O FA é uma casa que necessita de quatro pilares base: a família de origem, a família acolhedora, a criança e a equipe. A criança tem um papel e uma centralidade grande no Serviço. E é assim que vêm construindo o SFA em Jaboatão, desde 2019.

A experiência de Jaboatão é “*cria*” do Instituto Fazendo História, pois precisaram consultar e colher outras referências, sair do espaço do município, também do estado, e beber em fontes e experiências externas acerca do que era o FA. Outro “espelho” e referência, para que pudessem construir o próprio modo de execução, foi o município pernambucano de Paudalho. Em Jaboatão, portanto, o serviço foi sendo moldado de acordo com o que viram fora e de acordo com a necessidade do próprio município.

Até 2019, Jaboatão tinha três espaços de acolhimento: 1 casa de gestão direta voltada a adolescentes; 2 instituições não governamentais, sendo 1 para crianças de até 12 anos e 1 para crianças de 0 aos 18 anos. O município criou seus marcos legais para constituição do Serviço: a Lei Municipal Nº 1401/2019, instituindo o “Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora”, no município, voltado para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial; publicação do Decreto Nº 85/2019 que regulamenta o “Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora”. Ela destaca que gosta de trazer o respaldo legal não apenas nos espaços nos quais fala para os pares, mas também para as próprias famílias acolhedoras, quando estão realizando a formação junto às mesmas, pois é justamente a legislação referida que irá dar segurança à família de que o Serviço é uma política pública, que veio para ter continuidade, logo: não é um Serviço de Prefeito, nem é um serviço da atual equipe – é do município e da infância de Jaboatão. Entende que quando mostram a legislação para as famílias, elas compreendem que estão passando a compor e a fazer parte da política de acolhimento, em específico do FA.

BRITO informa que apesar de terem os marcos legais, em 2019, o Serviço não aconteceu nem foi executado neste ano, só começou em 2020, situando o desafio de iniciar o programa em meio a um contexto de crise sanitária, onde todos os serviços foram executados de forma diferente à inicialmente pensada/planejada. Desde então o desenho do SFA de Jaboatão

realiza-se como segue: composição da equipe técnica (meados de 2020) com uma dupla, psicólogo e assistente social e uma coordenação. Destaca ainda a pactuação com o poder judiciário, uma parceria que permitiu, em 2020, iniciar a execução em modalidade piloto – propondo-se a atender 2 acolhimentos, mas encerram o ano com 3 famílias. As primeiras famílias acolhedoras foram famílias encaminhadas pelo Programa Anjos da Guarda, iniciativa que já atuava, junto ao judiciário, executando o apadrinhamento e que ingressam no Serviço enquanto famílias parceiras, compreendendo o caráter de não adoção.

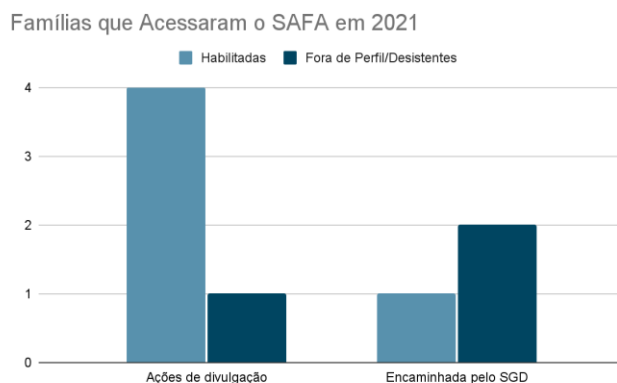
A equipe como um pilar fundamental do processo de acolhimento é um ponto enfatizado pela Assistente Social, pois implica que esta equipe esteja preparada, fortalecida e engajada, em face da amplitude e complexidade dos desafios, inúmeros e diários, do Serviço. Ela menciona como exemplo o fato de que, em dado momento, o acolhimento poderá ser conflitante com princípios, com as crenças pessoais e profissionais do/a técnico/a. Cuidar e ser cuidada são ponto de atenção frente à equipe. Nesse sentido, toda a cautela inicial para começar foi justamente pensando em preparar o território, preparar a equipe para poder avançar na execução. Assim, no final de 2020, avaliaram que o Serviço tinha condições de acontecer, bem como condições de ampliar a execução e, em 2021, passaram a 10 acolhimentos.

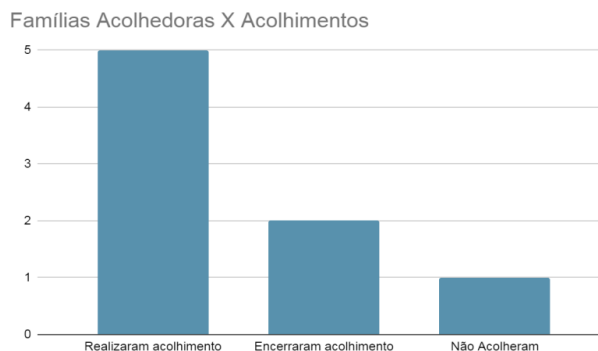
Tomando os elementos da experiência, identifica haver, em Jabotão, questões sensíveis - tanto para a equipe, quanto para a rede como um todo. Rememora as principais indagações e preocupações trazidas no Seminário - voltado à rede de proteção à infância e adolescência, seus atores e dispositivos do Sistema de Garantia de Direitos - realizado quando o Serviço iniciou. Nesse momento, as perguntas giravam em torno de pontos sobre a Família Acolhedora que comumente, e recorrentemente, são trazidos: apego da família acolhedora à criança; como nomear as famílias; questões relativas à segurança, traduzidas em temores, inclusive, de que crianças fossem sequestradas pela família acolhedora. Ao passo que traz as questões BRITO partilha com os/as presentes que o trabalho junto às famílias cadastradas é consistente e efetivo, ao ponto das pessoas que integram a FA acolherem a ideia, como um todo do Serviço e não só acolherem a criança. Ela destaca que

todo o processo é permeado de muita proximidade e trocas entre a equipe e a família acolhedora; as relações se estreitam e, muitas vezes, as famílias enxergam na equipe um ponto de apoio para outras questões das suas vidas. Esse fluxo de aproximação e trocas é um lastro positivo da iniciativa. Ela entende que no momento que são suporte, que são escuta de diversas questões e dimensões da vida das pessoas adultas que cuidam isto reverbera positivamente no acolhimento da criança acolhida. Traz esse ponto como princípio e prática do Serviço em Jaboatão. A equipe se coloca, nessa perspectiva, à disposição da família também.

Em 2021 o Serviço se capilarizou e ampliou, agregando novas formas de divulgação - de modo a tornar a iniciativa conhecida nos territórios, para a população de forma ampla, e as famílias chegam ao serviço tendo acessado informação sobre o SAFA por diversas vias, a exemplo de matérias em meios de comunicação. Enfatiza que o maior número de famílias que acessam o Serviço, buscando se tornar uma família acolhedora chega até lá por terem visto em seu círculo, em sua rede familiar e comunitária, práticas de acolhimento por pessoas conhecidas. As famílias habilitadas, as que “*ficam*” efetivamente e ingressam no Serviço são aquelas que chegam por meio de demanda espontânea.

Os gráficos que seguem foram apresentados por Mayara Brito e ilustram a demanda, os canais de acesso/conhecimento do Serviço e *condição/status* das famílias frente ao acolhimento em 2021:



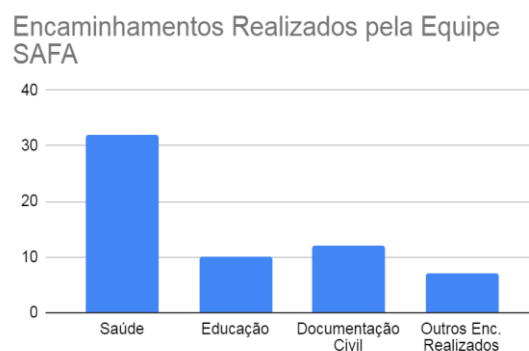


Refletindo sobre os dados dos gráficos, a convidada retoma, enfatizando a importância de compreender a motivação da família em buscar o Serviço, a questão da convergência da família para o propósito do acolhimento no SAFA, sobretudo na sua perspectiva de não se tratar de meio para adoção. Para ela este ponto é crucial e, por mais que se queira ampliar o Serviço, fazer com que mais crianças o acessem, pode haver momento em que seja necessário dizer não à determinada família, visando coerência com os propósitos do SAFA e a qualidade na sua oferta.

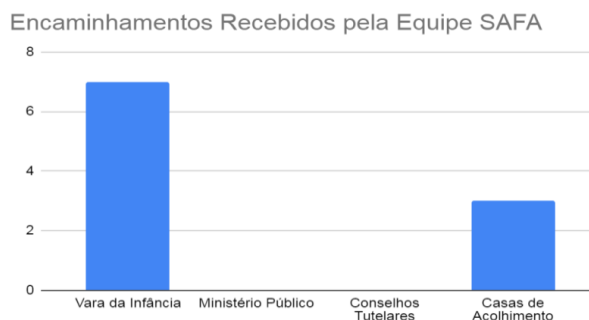
Em 2022, o Serviço no município possui 11 crianças e adolescentes em acolhimento e 13 famílias já habilitadas/cadastradas. Neste mesmo ano o serviço está com 1 atendimento acima da capacidade, visto que se prevê uma dupla para 10 acolhimentos. O momento é, portanto, de busca para ampliar a equipe, de modo a expandir o Serviço. Na leitura que a convidada faz isso é necessário e possível, tendo em vista a população local ter aderido e acreditado na proposta. A profissional reflete sobre a complexidade e certa ambivalência que a necessidade de ampliar o SAFA, e o acolhimento de maneira geral, apontam, pois indica a condição de violação de direitos das crianças. Ao mesmo tempo em que se “comemora” o fato da criança sair de um ambiente de violação para o de cuidado, que é o acolhimento familiar, a situação ideal, nessa perspectiva, seria, a não necessidade do Serviço, pois indicaria melhor e mais digna condição de vida das crianças em suas famílias de origem.

BRITO aborda ainda na sua explanação, a dimensão do SAFA e o trabalho em rede, pontuando que é um desafio, pois entende que o Família

Acolhedora, embora necessite de um espaço físico para existir, não acontece nesse espaço, mas nos territórios, na comunidade além das paredes da sede de trabalho da equipe. Nesse sentido é necessária toda a rede, todo o Sistema de Garantia de Direitos, compreendendo o acolhimento familiar, afinal a criança em acolhimento irá para a escola, para atendimento na UBS - e lá irá partilhar que está na casa de outra mãe, de outro pai, mas que está aguardando para ir para casa da sua família de origem. A equipe do SAFA tem buscado diálogo muito próximo a esses serviços, reforçando a necessidade da articulação constante; a boa comunicação com a rede e o fato, pelo princípio da Proteção Integral preconizado no ECA, da criança ser responsabilidade da sociedade e do Estado. Mayara então partilha o gráfico abaixo, que registra o fluxo, em 2021, dos encaminhamentos via SAFA para outras áreas e políticas no município.



No fluxo inverso, a convidada também partilha os encaminhamentos que foram recebidos pelo SAFA em Jaboatão, onde a maioria se deu por meio da Vara da Infância e Juventude e pelas casas de acolhimento, conforme gráfico que segue. Ressalta que ao fazer o encaminhamento para o Família Acolhedora, as instituições consideram alguns elementos, tais como o fato de serem crianças que não passaram por vivências de institucionalização e/ou cujo perfil exige um cuidado maior, não só frente alguma deficiência, mas também de ordem subjetiva, afetiva.



Considerando que no Seminário está falando para diversos municípios de Pernambuco, a profissional enfatiza que o acolhimento familiar é uma experiência única a ser levada a todos os territórios, no interior do estado. Alerta que hoje diversas crianças que passam por violações necessitam sair do seu município - o que significa dizer que, além do luto de separar-se da família de origem, terá que mudar bruscamente sua realidade ao ser deslocada para outra cidade, em função de no seu território não haver serviço que a proteja. Expandir o FA para o interior, para os municípios de pequeno porte, avalia, é uma oportunidade de potencializar o trabalho e a proteção à criança e ao adolescente no seu território de origem, logo: que a criança seja cuidada e assistida de acordo com a sua demanda, com o seu perfil, afinal, sendo a criança pilar do Serviço é ela que vai guiar como atuar e intervir. Ela também destaca a necessidade da equipe aperfeiçoar um olhar sensível para entender a criança, a família de origem (esta família também é foco do trabalho) e a família acolhedora.

Antes de finalizar, BRITO narra a experiência de uma das famílias cadastradas como FA no município. Acolhendo uma criança de 3 anos, reintegrada à família de origem, esta última queria manter contato com a família acolhedora, e que esta participasse da vida da criança. Entretanto, a família que acolheu a criança, com uma capacidade crítica e reflexiva, fomentada também pelo que o Serviço orienta, entendeu que naquele momento, para os três – criança, família de origem e família acolhedora – o melhor era que se afastassem - como forma de respeitar o tempo e o espaço da criança. Ela conclui, a partir da narrativa da experiência, que é, portanto, o vínculo, a abertura para se permitir sentir, por parte da FA, que vai conduzir a intervenção do Serviço Família Acolhedora.

4.1.1.4. Apresentação da experiência Família Acolhedora Paudalho/Pernambuco / Sra. Débora ELLEN Pedrosa/ Secretária de Assistência Social de Paudalho - PE.

A psicóloga Débora ELLEN faz uma breve apresentação sua e inicia destacando que Paudalho foi o primeiro município a executar o Serviço Família Acolhedora, SFA, em Pernambuco. Débora também apresenta, de forma breve, o município, situado na Mata Norte, a 37 km do Recife, com população de 57 mil habitantes. Em seguida, ela traz um cronograma, análogo a uma linha do tempo, cujo marco inicial do SFA em Paudalho é Dezembro de 2018, com passos dados para consolidação do Serviço. O primeiro desses passos é a reflexão e constatação da necessidade de um Serviço de Acolhimento no município, foco de reuniões entre gestão municipal, Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Em maio de 2019 se finaliza a Lei Municipal do Serviço - envolvendo o judiciário - 2º Vara, Procuradoria Municipal, Equipe da Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco, TJPE, rede do Sistema de Garantia de Direitos. A **Lei 915/2019, que** institui no município de Paudalho o Serviço de Família Acolhedora, é sancionada e lançada em setembro de 2019.

Fazendo referência à fala de BRITO, ELLEN pontua que antes do SFA em Paudalho, as crianças que necessitavam de acolhimento eram deslocadas para outro município, no caso para Recife, capital do estado. Como em Pernambuco não havia referência de Família Acolhedora, estabeleceram diálogo, em setembro de 2019, com o município de Cascavel, no Paraná, onde o SFA era uma política. Entre o lançamento do Serviço, em setembro de 2019, e o primeiro acolhimento, em janeiro de 2020, uma gama de ações, que constituem a base para implementação do FA, foram realizadas: elaboração da ficha de inscrição; declaração de desinteresse em adoção; inscrição e edital de chamamento para as famílias acolhedoras; elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA; Plano Político Pedagógico; Termo de Compromisso; cronograma; certificado de capacitação; reuniões com órgãos da gestão municipal, Conselho de Direito e instâncias do Sistema de Justiça; elaboração,

análise e publicação no Diário Oficial do Edital de chamamento para as famílias acolhedoras; divulgação do Serviço (na mídia e de forma direta em escolas, unidades de saúde) e realização da primeira capacitação.

ELLEN relata que a primeira pessoa a se cadastrar, e também a acolher uma criança, foi um homem - um pai solteiro, homossexual, candomelecista, que acessou a informação sobre o Serviço em uma reunião escolar. Enfatiza que para ser uma pessoa / família acolhedora, que se cadastra, não há um recorte excludente de gênero, orientação sexual, por exemplo, e a primazia para pleitear e efetivar o cadastro está em outros requisitos. **Em Paudalho, os requisitos são:**

- Pessoa(s) maiores de 25 anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil
- Concordância de todos os membros da família, independentemente da idade
- Disponibilidade de tempo, demonstrar interesse em oferecer proteção e afeto às crianças e adolescentes
- Residente em Paudalho por, no mínimo dois anos, sendo vedada a mudança de domicílio
- Apresentar idoneidade moral, boas condições de saúde física e mental e estarem interessadas em ter sob sua responsabilidade crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem estar
- Não apresentar problemas psiquiátricos ou de dependência de substâncias psicoativas
- Possuir disponibilidade para participar do processo de habilitação e das atividades do serviço, considerando o contato freqüente e sistemático com a equipe do Serviço, e as necessidades da vida cotidiana das crianças como médico, escola, entre outros
- Não manifestar interesse por adoção da criança e do/a adolescente participante do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras (declaração conforme modelo fornecido pelo Serviço de

Acolhimento em Família Acolhedora)

- Não estar inscrita no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (declaração emitida pelo órgão competente).

A **Inscrição** é feita em 3 fases, culminando com a capacitação da família: Fase 1- Pedido de Inscrição e Entrevista Inicial, a partir da qual se aprofunda, junto à pessoa que pleiteia o cadastro, quais são seus interesses ao se inscrever, qual finalidade busca com o acolhimento; Fase 2 - Análise Documental (de toda a família); Fase 3 - Visita Domiciliar, na qual se observam pontos desde a estrutura da casa, para acomodar a criança, à relação entre membros da família e, desta, com a comunidade.

Diferente das outras experiências relatadas, em Paudalho uma dupla de profissionais acompanha 15, e não 10 famílias. A equipe do SFA no município é composta por: coordenador; psicólogo/a; assistente social; advogado/a; motorista; recepcionista; assistentes administrativos. Sobre o Acolhimento, ELLE socializa o que preconiza e determina a Lei municipal, conforme o artigo e os parágrafos que seguem:

Art. 14º - A família acolhedora poderá acolher apenas uma criança ou um adolescente de cada vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos. § 1º Somente quando a criança ou adolescente for desacolhido/a, a família acolhedora poderá acolher outra criança ou adolescente; § 2º As famílias acolhedoras já incluídas no Serviço poderão continuar acolhendo as crianças e adolescentes que estão sob sua guarda, sendo que no caso de transferências ou novos acolhimentos, será observado o caput deste artigo. § 3º Nos casos de acolhimento de grupo de irmãos, e outros acolhidos na mesma família acolhedora, será priorizada a avaliação psicossocial visando a uma possível transferência para outra família no prazo de 90 dias. A família também pode desistir do acolhimento, quer por questões pessoais, problemas de saúde ou outro motivo, mas orienta-se que a desistência seja feita por meio formal, escrito, onde se sinalize o porquê da desistência. Em casos como este a criança só poderá sair da família/acolhimento quando houver um local seguro para ela ir.

A palestrante também aborda a questão do auxílio destacando que todas as crianças e as famílias acolhedoras recebem bolsa auxílio cuja finalidade é a manutenção da criança - gastos com vestuário, lazer, outras necessidades. No município de Paudalho o valor desse auxílio é de 1 salário mínimo brasileiro, vigente, mensal. No caso de uma mesma família acolher dois irmãos, o auxílio é de 1 salário e meio – mesmo valor destinado aos casos de crianças ou adolescentes com alguma necessidade especial. Se a criança receber um Benefício de Prestação Continuada – BPC, este será dividido. Assim, ela recebe o salário do município, meio salário vai para administração da família e a outra metade reserva-se em uma conta judicial - de modo que quando essa criança ou adolescente atingir a maioridade tenha uma quantia guardada, uma reserva.

Considerando a trajetória do município na realização do Serviço, ela também partilha o número de acolhimentos até então: 15 famílias acolhedoras cadastradas, entre as quais 5 estão com acolhimento em curso; 7 crianças/adolescentes acolhidos, 5 do gênero feminino, 2 do gênero masculino - totalizando 20 acolhimentos de crianças e adolescentes. ELLEN partilha que para a equipe do município foi um desafio grande começar o acolhimento, pois não tinham muitas referências, mas o fato de conseguirem dar os primeiros passos e ver os encaminhamentos que puderam ser dados para as crianças foi muito bom. Nesse sentido ela relata os resultados: 2 crianças retornaram para a família de origem; 5 foram para a família extensa, porque os pais não tinham mais condições de acolhê-las; 5 foram para adoção. Ela destaca que o serviço completa 3 anos de execução e que quando estava de fato, se efetivando, houve a pandemia e isso impactou no planejamento e metas que tiveram que ser revistos e/ou adaptados. Ela sinaliza que nesse período, só conseguiram realizar duas capacitações. Ela finaliza a apresentação lendo carta que uma família de origem fez para família acolhedora.

4.1.1.5. Debate

A coordenação da mesa tece breves orientações para o diálogo platéia-palestrantes. Solicita que as questões para a convidada Claudia Cabral sejam

feitas primeiro em função do horário da mesma que precisará ausentar-se. O momento é aberto à participação do público.

Antes das perguntas dos/as participantes chegarem, enquanto não há inscritos, **Claudia Cabral faz uma fala**, destacando que é muito positivo, ouvindo as profissionais que compuseram a mesa com ela, perceber o alinhamento em torno de um processo cuidadoso. Ela indica pontos que chamaram a sua atenção, ao longo das exposições, convidando o coletivo a pensar sobre eles: atualmente há um desafio, não só no Brasil, em identificar famílias acolhedoras. É um desafio no mundo inteiro. Assim como é mundial o direcionamento de estimular Serviços de Família Acolhedora e diminuir o acolhimento institucionalizado de crianças. Cada país tem realidades diferentes, culturas de família diferentes, mas a essência do que é Família Acolhedora, isso lhe impressiona, é a mesma. Relata que acessou um depoimento de uma família de Hong Kong e admira-se com a semelhança com pontos da fala de Mayara Brito, em termos de sentimento. Pensa como uma questão que é significativa o fato de quem agrega quem traz para o Serviço Família Acolhedora, é outra família acolhedora. Há nisso um sentido de rede, de pessoas com disponibilidade interna, com capacidade de se colocar no lugar do outro – pondera se ancestral, se espiritual - e de entender a função social de ser uma família temporária, diante de um *contexto-mundo* onde se desenvolve cada vez mais o apego, a posse. Pensa que este é o desafio: encontrar pessoas que olham para o outro sem o recorte da posse e sem julgamento. Reforça que esse movimento de uma família acolhedora trazendo outra família acolhedora é algo que no Brasil, deveriam prestar mais atenção, esse pode ser um caminho. Ao mesmo tempo, alerta para a necessidade de cuidado, pois não se pode banalizar o afastamento da criança da sua família. Nesse sentido, demarca e reforça a importância da prevenção, a necessidade de trabalhar os contextos familiares de origem, sob pena de cada vez mais haver crianças necessitando de acolhimento, sendo afastadas das suas famílias. O que está sendo feito no nível da prevenção tem que estar sempre acompanhando o debate sobre família acolhedora. Enfatiza que ao pensar em desenvolver o Serviço, algo que, ao mesmo tempo é muito importante, e é também o diferencial do serviço, é que se trata de uma família cuidando de

outra família, pois não se acolhe uma criança apenas, acolhe-se a história dessa criança e de toda a família dela.

Walber. Dirigindo a questão para Lara Naddeo ou Cláudia Cabral, aponta que a dúvida que traz diz respeito ao tema da adoção no âmbito e na perspectiva do SFA. Antes, ele pontua que um dos pontos positivos dessas novidades legislativas é que elas permitem que os parâmetros se desenhem justamente com adesão da sociedade, sendo importante que não haja verdades fechadas e absolutas. Assim, o questionamento que traz é relativo ao modelo. Apesar de entender que as habilitações para família acolhedora, para a família que está na fila de adoção são diferentes, o questionamento que traz vai nesse sentido. Contextualiza que recentemente acessou em canal de TV, Globonews, e viu que chegou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal um projeto que permite que famílias que estão na fila de adoção possam servir como famílias acolhedoras e tenham prioridade na adoção dessas crianças, caso a justiça venha determinar isso ao fim do processo. O projeto, até onde acompanhou, foi duramente criticado, pois a ideia é que as pessoas da fila de adoção não possam servir como família acolhedora. Pergunta se não é o caso de rever esse modelo, porque é uma realidade inegável que a fila de adoção no Brasil é gigantesca, e demorada. É uma realidade também inegável que é por apenas uma ruptura que a criança sofre estando na mesma família que está na fila da adoção. Quando acontece o acolhimento por uma Família Acolhedora ela sofre duas rupturas, não é? Então, será que o desgaste emocional não seria menor? Inclusive porque a família da fila de adoção está aberta afetivamente. Isso também evitaria famílias com interesses escusos, que talvez pudessem se inscrever para serem Famílias Acolhedoras. Interesses escusos, por exemplo, frente aos rendimentos financeiros que isso pode gerar.

Cláudia Cabral responde: Ela inicia pontuando que estão falando sobre acolhimento – institucional e acolhimento familiar. Quando a criança é encaminhada para o acolhimento, ela não tem, a princípio, um perfil de abandono, que vai justificar a destituição do poder familiar. Informa que trabalhou muitos anos com adoção. A busca da família de origem, a busca da

sua história, é permanente e inevitável para criação da identidade do indivíduo. É uma ruptura definitiva, mas que fica marcada, apesar da pessoa estar feliz com a família adotiva e ter se constituído como filho daquela família adotiva. Mas o nascimento, quando foi concebido, faz parte da sua biografia. E isso é de alguma forma, reivindicado enquanto conhecimento da identidade do indivíduo. Então, se o foco, se está se falando de ruptura, fazer com que a criança volte para sua família de origem e não tenha uma ruptura definitiva, em termos constitutivos, é muito bom para a criança. E os casos de trabalho com a família de origem, acreditando que ela é capaz de transformar sua forma de funcionar, para proteger aquele filho/a, e todos os outros filhos que pode continuar tendo, é muito importante no cenário atual. Quando a criança é colocada para adoção, ela tem uma destituição de poder familiar em caminho, encaminhada. E o desejo daquela família é de ter um filho, legítimo, para sempre. É diferente de acolher uma criança junto com sua família, com sua problemática, temporariamente, para exercer uma função de acolhimento. O número de crianças acolhidas é muito grande. O número de crianças acolhidas com destituição do poder familiar é muito menor. E muita criança não tem a destituição do poder familiar porque não há o consentimento da família de origem para o abandono ou a colocação numa família adotiva. Os dois tipos de acolhimento, portanto, são duas modalidades muito distintas.

Lara Naddeo responde complementando e sinaliza que não haverá tempo de discutir, pois é uma discussão longa, mas é importante, porque está em pauta e é preciso falar disso também. Primeiro acha importante evidenciar que, tomando a experiência dela, no trabalho com SFA, grande parte das famílias acolhedoras não manifestam desejo de adoção das crianças. Ela acha importante trazer isso. Entende que esse desejo pode aparecer ao longo da experiência, mas também ao longo dela vai se falar sobre isso. Reitera que grande parte das famílias entende sua função e não quer mais um filho, quer ter a função de acolher várias crianças e fazer parte desse Serviço. Referenciando-se na fala de Cláudia, e destacando que ela própria também trabalha com adoção, indaga: se há uma pessoa habilitada, que há cinco anos está na fila, recebe um bebê, qual a chance? A gente tem que trabalhar a família de origem, pois na grande maioria dos casos essa família não foi

destituída. É algo quase controverso, porque no Serviço está se trabalhando para que a criança volte para a família de origem, mas ao mesmo tempo há a família que está há 5 anos esperando um bebê e recebe o/a bebê... Não vai torcer para que o/a bebê volte para a família de origem. São funções muito diferentes. E, sim, há um histórico no Brasil de adoções ilegais, de muito tráfico de crianças, que acontece até hoje e a fila é grande, sim. Mas não são todas as crianças em acolhimento que estão para adoção. É um processo que tem que ser cuidadoso mesmo. Ela acha que é um pouco injusto com as famílias habilitadas à adoção, porque pode se criar uma confusão grande - uma família ficar com um bebê durante um tempo e depois essa criança ter que sair do seu convívio. Pensa que em alguns casos, como crianças mais velhas, adolescentes, grupos grandes de irmãos, onde não há pretendentes do SNA, como perfil, por que não, depois de um tempo, se a família acolhedora tiver o desejo, se a criança também tiver o desejo de permanecer, isso pode acontecer... Isso acontece principalmente com crianças mais velhas, cuja família já foi destituída há anos. Há muito adolescente que completa 18 anos e fica com a família acolhedora, mas quando estamos falando de primeira infância, com 30 mil habilitados para adoção, pensa que é complicado e que as coisas se misturam. É um tema complexo.

Michela. Inicia afirmando que acha a proposta do Família Acolhedora arrojada. Pensa que é uma quebra de paradigma frente à dimensão do cuidado, e da nossa capacidade enquanto sujeitas e sujeitos, enquanto sujeitos sociais, enquanto cidadãos e cidadãos, de perceber o cuidado para além dos laços biológicos, ou da noção de cuidado que implica a noção da criança como filho/a adotivo/a. Entende que este é um ponto a se destacar. Depois, gostaria de dizer para Débora Ellen que é bom ouvi-la representando Paudalho e que há um ponto da fala dela que a fez querer fazer a pergunta. Contextualiza: Débora nomeou que a primeira família acolhedora em Paudalho foi, na verdade, um homem, homossexual, candomblecista. E importante que Débora tenha ressaltado isso, ter trazido esses marcadores para um evento como o Seminário, já que estamos num país racista, machista que expressa uma homofobia gritante. Ao refletir sobre um programa como esse, é importante ter, não só como ponto de fundo, mas no horizonte essas questões. A pergunta é

para as representantes dos municípios que têm o FA em curso: como essas questões em torno de uma idealização de família, em torno dos marcadores de raça, gênero, são colocadas para vocês? São questões que fazem as pessoas questionarem o FA, como efetivo, como relevante? Como isso rebate na implementação e na continuidade do Serviço?

Débora Ellen responde: inicia reforçando que como pontuou na sua fala, era um pai, solteiro, homossexual, candomblecista, e a aceitação das crianças, e de todos, foi completamente normal. Não houve nenhum paradigma, não teve nenhum preconceito. E, por incrível que pareça, ele é o pai acolhedor que mais acolhe no município, está no terceiro acolhimento.

Mayara Brito responde: aponta que trabalham com as famílias acolhedoras desde o princípio... No processo de habilitação no município é feita uma visita. A família demonstra interesse por e-mail, por whatsapp. É feito contato, encaminha-se o vídeo institucional, faz-se visita a casa e posteriormente o curso de formação. Desde o primeiro contato buscam abordar a família acolhedora, querendo saber quais são as intenções, o que esperam e o que entendem do Serviço. Nesse momento já vai se construindo, e se trabalhando, o fato de que a pessoa que ela vai acolher, embora ela tenha a disponibilidade de construir o perfil, pois isso é construído, esse perfil, junto com a família. Pedem, inclusive, que as pessoas sejam muito francas e indiquem a sua disponibilidade para acolher uma criança com algum tipo de deficiência, ou até mesmo diante do histórico de violação. Traz como exemplo: se para uma família que teve uma mulher que passou por abuso sexual, ou um homem mesmo, e para ele e/ou ela é uma questão sensível, é importante que coloque para a equipe, para que se possa ver como vai se trabalhar a violação que chega para aquela família. Trabalham, desde o primeiro momento, que a criança chegará trazendo a sua bagagem, seus marcadores – tanto de identidade, de gênero, étnico-raciais, crenças religiosas. Abordam isso com as famílias para que estejam muito abertas, pois acolher uma criança é acolher a história dela também. Não podem penalizar a criança por uma história que ela não teve culpa de ter vivido. Não pode tirar dela, que ela muitas vezes foi exposta a um contexto de drogadição – e que nesse caso a criança vai falar

muito palavrão, é rebelde, tem uma forma de sociabilidade diferente, mas é a sociabilidade que ela conheceu. Trabalham com a família acolhedora para que ela possa entender e respeitar. Exemplifica que no município, onde o acolhimento em SFA é de 0 a 18 anos, já teve família da Assembléia de Deus, acolhendo adolescente que não se identificava com nenhuma religião. Mas houve o acolhimento, a família estava preparada para receber, porque isso foi trabalhado pela equipe desde o primeiro dia, mas colocando que a equipe não vai conhecer, num primeiro momento, a subjetividade daquela/o sujeito – isso só se conhece à medida da convivência, do cuidado.

Lara Naddeo responde: a criança também vai se deparar com uma família muito diferente, com um ambiente que é muito diferente do seu. Nem tudo são flores, tem muita complexidade nesse Serviço, a pergunta trouxe algumas.

Cláudia. Coloca que não fará exatamente uma pergunta, mas uma reflexão. O Seminário pauta intersectorialidade e primeira infância, mas primeira infância com um recorte – aquela que está em Serviço de Acolhimento. Trata-se de um projeto piloto que trabalha os métodos da primeira infância com a criança que está em serviço de acolhimento. Destaca que dada a sua trajetória profissional, sabe a importância do Serviço de Família Acolhedora para criança e, também, para o/a adolescente. Entretanto, é mais apaixonada pela família de origem quando esta tem as condições ideais para que possa continuar cuidando e protegendo seus filhos – como a grande maioria, senão todas, que estão ali, no encontro, puderam e podem cuidar dos seus filhos e suas filhas. Muitas famílias de origem têm que se manter com um salário mínimo. Dentro do SFA garantem um salário mínimo, e é importante que haja esse valor, para que uma outra família que teve oportunidades diversas, distintas e melhores, ao longo da sua vida, possa cuidar de uma criança. Então, ela sintetiza: isso é muito desigual. Assim, é importante que tenham o número de Famílias Acolhedoras ampliado no Brasil todo - e que em Pernambuco não seja diferente. Mas é muito importante conseguir diminuir um dado apresentado por Viviane Wanderlei, no 1o dia do Seminário. Esse dado aponta que no dia 11 de agosto Pernambuco tinha 256 crianças, de 0 a 6 anos, em situação de

atendimento familiar, e essas crianças não vêm de famílias financeiramente estabilizadas, vêm de famílias miseráveis. É a pobreza que leva, ainda, crianças e adolescentes para dentro de um serviço de alta complexidade.

4.1.2. 2ª MESA TEMÁTICA DA MANHÃ | AS INFÂNCIAS BRASILEIRAS – PRIMEIRA INFÂNCIA, PRIORIDADE ABSOLUTA

Arnaldo Sampaio, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA PE coordenou a segunda mesa da manhã. Ele faz os cumprimentos iniciais ressaltando a abrangência do tema da Mesa 2 e a importância das várias experiências que os convidados e a convidada irão partilhar. Para abordar a temática compuseram a Mesa 2:

– **Sergio Eduardo Marques da Rocha (participação virtual) - apresentando a Aldeias Infantis SOS:** Economista, subgestor nacional das Aldeias Infantis SOS; foi Coordenador de Políticas de Direitos à Convivência Familiar e Comunitária da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

– **Úrsula Trancoso - apresentando a experiência do projeto URBAN 95 - Infâncias Urbanas:** Arquiteta Coordenadora do Ateliê Navio e Consultora da Fundação Bernard Van Leer.

– **Roque Antônio Soares - apresentando a experiência do Carretel Cultural:** Roque Soares é brincante, observador da cultura da infância, membro fundador do Carretel Cultural, um organismo empresarial empenhado nas questões ligadas à Educação, Cultura das Infâncias e Cultura Brasileira. Desenvolvem ao longo dos últimos 20 anos, práticas, reflexões acerca do brincar como traço elementar da cultura de um povo e sobre a importância de brincar para plenitude e desenvolvimento humano.

4.1.2.1. Apresentação das Aldeias Infantis SOS / Sr. Sérgio Eduardo Marques da ROCHA – Subgestor Nacional das Aldeias Infantis SOS

A primeira parte da explanação de Sérgio Eduardo foi dedicada à trajetória da organização, suas linhas prioritárias de atuação e a ênfase do trabalho específico, desde 2018, das Aldeias Infantis junto às infâncias migrantes. A segunda parte aprofundou e enfatizou aspectos dos desafios de atuar na garantia de direitos de crianças migrantes, e suas famílias, no Brasil frente à atual conjuntura do país, os impactos nas políticas públicas de maneira ampla, e naquelas políticas voltadas à primeira infância em específico.

Aldeias Infantis SOS é uma organização humanitária cuja atuação se dá em nível global, desde 1949. Volta-se para garantir desenvolvimento social e para defender, garantir e promover direitos de crianças, adolescentes e jovens. No Brasil há 55 anos, e presente em 11 estados e no Distrito Federal, realiza projetos de acolhimento institucional e familiar, educação, esporte, recreação, geração de renda e empregabilidade, no intuito de romper o ciclo de pobreza e violência. Os programas institucionais são baseados no cumprimento da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, nas Diretrizes de Cuidados Alternativos para Crianças (ONU), no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) e no Plano Nacional de Promoção e Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Vida Familiar e Comunitária (PNCFC). A Organização atua a partir de múltiplas frentes: **Apoio às famílias** - Família Biológica, Família Assistida, Casa de Cuidados, Escola de Pais; **Apoio às crianças** - Centro Dia, Casa- Lar, Família Acolhedora, Centro de Educação Infantil; **Apoio ao jovem** - Residência Assistida; Casa de oportunidades; **Empregabilidade Juvenil**; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS- Disseminação dos ODS para crianças e jovens. Em Pernambuco, a organização centra sua atuação em dois municípios, Igarassu e Araçoiaba, desenvolvendo projetos de acolhimento e fortalecimento familiar e comunitário. Nos dois municípios há núcleo de acolhimento de famílias migrantes e refugiadas.

ROCHA destaca que o foco prioritário da sua participação na Mesa é tematizar o projeto humanitário “Brasil sem Fronteiras”, uma iniciativa que acolhe apoia e inclui famílias venezuelanas que solicitam refúgio e residência no Brasil. O projeto busca que migrantes e refugiados alcancem autonomia

social e econômica. O “Brasil sem Fronteiras” tem como grupos prioritários da sua intervenção: famílias com crianças e adolescentes; famílias mono parentais com crianças e adolescentes; mulheres sozinhas ou que estejam grávidas; pessoas LGBTQIA+ vulneráveis, em particular pessoas transgêneros; pessoas com deficiências, situações de proteção e enfermidades graves. Iniciado em 2018, o projeto ancora sua atuação na perspectiva do acolhimento, que é de até 3 meses. Ao longo desse período, o trabalho busca promover a integração à comunidade local identificando caminhos para uma permanência independente e plena no Brasil. No início do projeto foram 500 acolhidos/as nos Centros de Acolhida e Integração de 9 estados brasileiros, incluindo Pernambuco. Atualmente asseguram 320 acolhimentos.

O palestrante destaca elementos da **metodologia** que guiam a atuação das Aldeias Infantis. É realizado um diagnóstico inicial de todas as famílias, com foco em identificar necessidades, competências e habilidades de cada uma. Em seguida, junto com cada família, constrói-se um Plano de Desenvolvimento Familiar e um trabalho de desenvolvimento individual e familiar que envolve: saúde, educação, assistência social, cultura, empregabilidade, geração de renda. As ações são desenvolvidas através da Metodologia de Enfoque Integral (MEI) - um conjunto de ações, práticas e atitudes sinérgicas que unem família, sociedade e estado.

Enfatizando o projeto Brasil sem Fronteiras, Sérgio ROCHA partilha dados do **alcance da iniciativa** que, de 2018 a 2022, atendeu 3.700 refugiados e migrantes, perfazendo 820 famílias acolhidas. Ele aponta outros quantitativos que ilustram dimensão e alcance do projeto e sua interface com a infância:

- Do total de pessoas inseridas, 52% eram crianças e adolescentes
- 16% entre 0 e 4 anos
- 48% adultos
- Pelo menos 01 adulto em cada núcleo familiar sai do Projeto com emprego formal ou autônomo, com renda para apoiar na sua integração à comunidade

- 100% das famílias estão inscritas no CadÚnico da Assistência Social e no SUS
- 100% das crianças e adolescentes estão matriculadas nas escolas no Ensino Fundamental e Médio.

Um ponto de atenção destacado pelo palestrante diz dos **desafios frente ao acolhimento de infâncias migrantes**. ROCHA compartilha que, de início, é necessário compreender que crianças e adolescentes migrantes, a partir do momento que estão em território brasileiro, têm os mesmos direitos de todas as crianças e adolescentes do país. Necessitam, portanto, ser protegidas e terem seus direitos assegurados. Aldeias Infantis, no escopo da ação que realizam, atuam como ponte para garantia de direitos, a exemplo do acesso à educação - frente ao qual buscam promover matrícula desde a pré-escola. Há, entretanto, grande dificuldade, no recorte da primeira infância, de acesso à creche para as crianças migrantes - situação similar a das crianças brasileiras. A dificuldade implica e/ou impacta no acesso das mulheres ao mercado de trabalho, pois não dispõem de uma rede que as apoie no cuidado com os/as filhos/as. Ele sinaliza que, cada vez mais, o contingente de mães e de crianças em idade de creche vem crescendo no trabalho que a organização desenvolve. Ilustrando a situação, aponta que mais de 1 milhão e quinhentas mil crianças na primeira infância não têm acesso à creche no país. Pontua que, embora o acesso à creche não seja obrigatório no Brasil, a Lei de diretrizes e bases da educação⁹ garante que 50% desse público tenha acesso garantido, mas isso ainda é uma realidade muito distante. Há uma lacuna grande frente ao que é necessário, em termos de investimento pelos municípios, para que as crianças tenham o acesso assegurado. Atesta que um dos maiores problemas que enfrentam nas Aldeias Infantis, no trabalho com crianças e adolescentes migrantes - e também com as famílias brasileiras, nas comunidades nas quais atuam - é a ausência de serviços para atender crianças de 0 a 4 anos. Constata que o fato acarreta implicações negativas no desenvolvimento dessas crianças, por não terem a estimulação adequada nesse período da vida - quer por lacuna na própria formação dos pais, quer pelo cenário escolar referido - e

⁹ Reafirmado também o Plano Nacional de Educação 2014- 2024.

por não ter alimentação adequada. Este fato, como é sabido, impacta no desenvolvimento cognitivo da criança - constatação que só reforça a importância dos serviços e pleno acesso a eles. Há poucos serviços na rede de proteção que acolham as infâncias migrantes, em creches de tempo integral, por exemplo. É um cenário que aponta para necessidade de muitos avanços no apoio às famílias, para que meninos e meninas migrantes fiquem em espaços de proteção que assegurem seu desenvolvimento saudável.

Ele ressalta que as Aldeias Infantis SOS desenvolvem alguns projetos nessa perspectiva. Destaca o Casa de Cuidados, realizado em alguns municípios junto às mães e aos pais de crianças na primeira infância que não têm acesso à creche, de modo que as/os pequenas/os fiquem em espaço seguro, possibilitando que pais e mães possam trabalhar. Em outros municípios, as Aldeias Infantis disponibilizam creche com foco nas crianças migrantes, mas é pouco, frente ao cenário, e é ainda preciso avançar muito.

Nesse sentido aponta o quanto é necessário que os retrocessos não se ampliem e que cessem os cortes constantes de investimentos, pelo muito que afetam áreas como a assistência e a educação. O desmonte que ocorre na Assistência Social, por exemplo, implica diretamente no acompanhamento das famílias, nos CRAS, nos CREAS. Há, assim, efeito negativo, sobretudo nas próprias crianças, e mais ainda naquelas que estão na primeira infância. No acompanhamento à saúde, cita o cenário difícil para as crianças no que diz respeito à vacinação. Os últimos dados divulgados mostram que a baixa cobertura atinge principalmente a Primeira Infância. Considerando a poliomielite, doença que já havia sido erradicada no país, os dados registram que apenas 13% das crianças de 4 meses a 4 anos de idade, que podem se vacinar contra a pólio foram vacinadas. Em 2019, os dados já apontavam uma queda de 71% desse segmento populacional. Atualmente, a campanha mais recente só atingiu os 13% já referidos, entre crianças e adolescentes. Encerrando a sua fala, Sérgio Eduardo enfatiza que todas as outras vacinas para as crianças nessa faixa etária estão na mesma situação de baixa cobertura.

4.1.2.2. Apresentação do Projeto URBAN 95 - Infâncias urbanas / Sra. Úrsula TRANCOSO – Coordenadora do Ateliê Navio e Consultora da Fundação Bernard Van Leer- São Paulo/SP.

Úrsula TRANCOSO agradece as presenças dos públicos, aquelas pessoas que estão no local e as que acompanham de forma remota. Agradece também à mesa, que divide com ela as explicações, mencionando Roque que finalmente conhece presencialmente e também agradece à Bernadeth Gondim pelo convite.

Fazendo referência ao tema da Mesa 2 **Infâncias Brasileiras**, pergunta: o que isso significa? Entende que é diversidade, que não há uma única infância brasileira. Faz referência à cidade de São Paulo, de onde ela é, e onde há questões específicas das infâncias, e da Primeira Infância em área urbana, que são muito diferentes das infâncias do Recife, do estado de Pernambuco, ou de outros estados do Brasil. Pelo programa URBAN 95 trabalham com 25 municípios em diversos estados do Brasil e sabe que são condições diferentes, porém reforça que sua fala, seu papel, é abordar as infâncias urbanas - tentando entender e aprofundar qual é esse lugar que todas as infâncias que vivem em cidades hoje estão submetidas, pensando principalmente na primeira infância.

Reafirmando o foco da sua explanação nas infâncias urbanas, TRANCOSO sinaliza que há um lado muito difícil de viver em cidades hoje e o quanto é dura essa experiência para as crianças. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. 2015; do UNICEF. 2022 e da Agência Pesquisa Edelman Berland. 2016, mais de 80% das crianças brasileiras vivem em cidades, ou seja: a maioria das crianças no Brasil são crianças urbanas. Um recorte desse dado piorou nos últimos anos e, hoje, cerca de 40% das crianças vivem na pobreza ou extrema pobreza. São crianças que passam pouquíssimo tempo ao ar livre, ou seja: um grande e expressivo número está vulnerabilizada e *emparedada*, vivendo em ambientes fechados. A cidade é, portanto, complexa e difícil para as crianças por que:

- **É um espaço de estresse:** a poluição sonora e visual interfere no sono, na atenção. Pontua que há um estresse tóxico causado pelo meio ambiente onde a criança está inserida, que impacta, inclusive, na sua cognição
- **Não proporciona que a criança faça atividades físicas:** de acordo com Organização Mundial de Saúde - OMS, até 84% das crianças e adolescentes não são ativos no mundo. Ao passo que atividade física faz parte do desenvolvimento, há cada vez menos espaços nas cidades para que isso ocorra
- **Poluição do ar:** acarreta diversos riscos à saúde e que são maiores para as crianças pequenas, pois respiram até 60 vezes por minuto, uma média de 4 a 5 vezes mais que um adulto. Já se identifica, inclusive, que durante a gravidez o feto é prejudicado por esse ar poluído
- **Acidentes de trânsito:** além da poluição do ar estar relacionada aos automóveis, esses veículos, que são dominantes no espaço urbano, também acarretam outro problema sério: a principal causa de morte acidental de crianças de 0 a 14 anos no Brasil é por acidente de trânsito. Precisa-se falar a este respeito e refletir sobre como equacionar essa predominância dos carros e o direito da criança ao espaço urbano - que é cada vez mais "inventado" para os automóveis.

Para apresentar o projeto URBAN 95, TRANCOSO partilha a pergunta que o estrutura, de onde a iniciativa nasce: *se você pudesse vivenciar a cidade a partir dos 95 cm – a altura média de uma criança de 3 anos – o que mudaria?*

Ela enfatiza que é uma pergunta que propõe a adultos, gestores, pessoas que estão pensando a cidade, como podem transformá-la para que seja agradável para todos/as, mas com esse olhar na Primeira Infância. Com esse recorte o URBAN 95 propõe falar sobre a cidade da mesma forma que se fala sobre saúde, educação, assistência, pois isso significa falar sobre vínculo e afeto - elementos que devem acontecer, devem ser promovidos, no espaço público, no ambiente urbano. Não garantir essa perspectiva irá atrapalhar o desenvolvimento da criança, da família e da comunidade. Desse modo, o

projeto URBAN 95 traz como meta ampliar interações positivas no espaço urbano prevendo que ainda na gravidez, o espaço urbano proporcione que mulheres grávidas estabeleçam vínculo entre si; entre crianças e cuidadores; entre crianças: estimulando por meio desse vínculo sujeito-espaço o fortalecimento da identidade do lugar e citando Paulo Freire - ser cidadão e cidadã do mundo a partir, primeiro, do seu quintal. E ainda que haja vínculos e trocas entre cuidadores e crianças com o espaço à sua volta, entre cuidadores e crianças com seus destinos. Ela também sinaliza que o URBAN 95 se organiza, enquanto projeto a partir de eixos: gestão e integração de dados; espaços públicos e natureza; mobilidade/proximidade; programas e serviços; mudanças de comportamento.

Pontuando que os eixos do projeto guardam relação com questões mais técnicas, do urbanismo em si, afirma, entretanto, que esses eixos, na perspectiva de garantir um planejamento urbano amigável para crianças e famílias, partem de um percurso simples: pensar uma porção da cidade e nessa porção identificar quais são os dados que a formam e conformam. **Primeiro quantas** crianças há; entre elas quantas estão desassistidas; quais as idades delas; quais são as necessidades da comunidade. **Segundo**, se há parque, praça, espaço de contato com a natureza. **Terceiro como** as pessoas circulam, como saem de suas casas e vão para creches, unidade de saúde, para a escola - conseguem caminhar? Tem calçada no percurso? Há riscos de atropelamento? Reflete que este terceiro ponto guarda relação com a existência de serviços e programas naquele determinado espaço, mas também guarda relação com a forma que os serviços são acessados - e isso está relacionado à mobilidade.

Tomando como referência um espaço público urbano, convida todas/os e todes a imaginar/refletir: **O que é a Área da Infância?** Na concepção do projeto URBAN 95, a **Área da Infância** é a realização dos desejos das crianças e se viabiliza na triangulação de três elementos/espacos: equipamento público; segurança viária + elementos lúdicos; espaços naturalizados (parque, praça). Idealmente, nesse sentido, cada bairro deveria ter uma **Área da Infância**, como forma também de começar a visualizar a infância na cidade.

Em seguida, a convidada partilha o exemplo do município de Jundiaí, em São Paulo, como uma referência que pode ser replicada em qualquer município. Em Jundiaí, a **Área da Infância** que está se tornando real, está planejada como segue:

- **Fábrica das Infâncias:** é o equipamento/edifício público criado especificamente para as infâncias, para o comitê das crianças e para a Primeira Infância. O espaço era originalmente uma fábrica têxtil e hoje, adaptada, recebe as crianças do município - agrega um espaço voltado à primeiríssima infância, 0 a 3 anos, com acolhimento para amamentação entre outros recursos;
- **Urbanismo tático:** redesenho das ruas, tornando-as mais seguras e mais lúdicas. Traduz-se num pensamento e na adequação do espaço para agregar locais de descanso; incentivo à mobilidade ativa - para caminhar, andar de bicicleta; contato com a natureza; incentivo ao transporte coletivo; prioriza pedestre e crianças, zonas calmas com circulação de veículos com velocidade de no máximo 30 km/h. Esta velocidade, de acordo com estudos, é a velocidade máxima que não causa morte nos acidentes;
- **Parque naturalizado:** um parque para brincar, mas com elementos naturais. Rompe com a configuração que todos/as estão acostumados: brinquedos de plástico, de metal. No espaço, os brinquedos são "adaptados" dos próprios elementos naturais: troncos de árvores e pedras, por exemplo. A concepção do espaço contou com escuta das crianças organizadas no Comitê das Crianças do município, que pediram coisas como "hotel de insetos", jardim de esculturas e sítios arqueológicos.

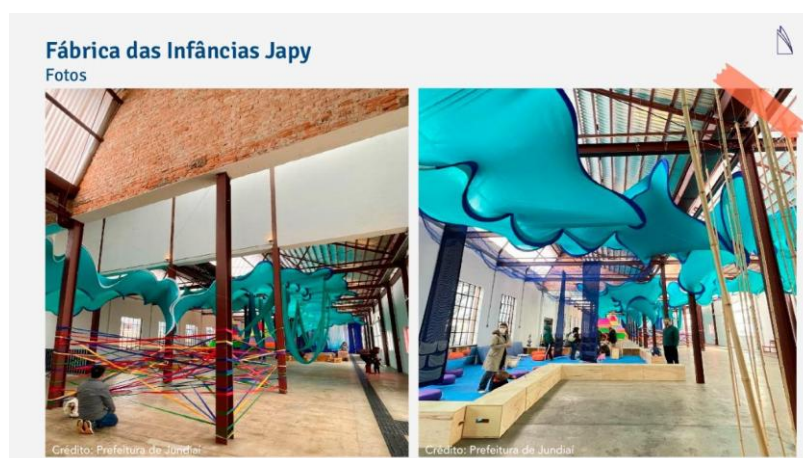
A convidada chama atenção para a sinalização de trânsito, e também para existência de uma sinalização que comunique que a infância é uma presença naquele espaço, bem como sinalizações para as próprias crianças, de modo que elas também se vejam ali. Destaca a presença de pinturas lúdicas nos muros e nas calçadas - servindo também como possibilidade de interação e brincadeiras para as crianças.

Ela encerra sua apresentação com uma frase de Francesco Tonucci, fundador da Rede Internacional de Cidades das Crianças, e um dos primeiros a pensar a ideia de cidade na perspectiva das infâncias:

“Os vagalumes são considerados indicadores ambientais. Quantas vezes dizemos - aqui tinha vagalumes e já não vemos mais por causa de uma contaminação. Eu acredito que temos que considerar as crianças como vagalumes das cidades.”
TONUCCI

E sintetiza: se uma cidade é saudável, as crianças estão nas ruas.

A sequência de imagens abaixo ilustra os elementos/espços que compõem a **Área da Infância** no município de Jundiá:





4.1.2.3. **A experiência do Carretel Cultural / Sr. Roque Antônio Soares Júnior - membro fundador da Carretel Cultural-Belo Horizonte/BH.**

Roque SOARES inicia agradecendo o convite para participar do Seminário e fazendo referência à qualidade dos trabalhos até ali partilhados. Faz referência também à apresentação do URBAN 95 como tradução do compromisso com a infância - ao colocar a infância no centro - algo que o impressiona e inspira.

Ouvindo as experiências narradas pensa sobre os aspectos comuns que imperam para as infâncias diversas que estão postas no mundo e para os aspectos singulares que são determinados pela condição social, pela cor da pele. Reflete que o racismo não poupa a infância, o racismo se impõe de forma radical e maltrata de maneira profunda. O machismo não poupa uma criança, é

determinante na constituição futura da mulher que uma menina será. A criança não paira sobre essas questões, está inserida nesses conflitos.

Tendo em vista esse contexto, outro aspecto lhe ressoa como determinante: como ouvimos a criança? Como a criança vem a dizer e elaborar o mundo que sonha? Talvez estejamos há muito tempo elaborando projetos sem dar conta da questão: é possível que a criança tenha algo a dizer? Ele afirma que compreende ser necessário ouvir a criança. Para ele isso significa constituir um fórum e ouvi-las efetivamente, mas também parte da possibilidade de ouvir todas as crianças que pisaram sobre o território do planeta, através da cultura que as crianças nos deixam. Enfatiza que brincar é uma linguagem universal e atemporal que fala se expressa e comunica pelo movimento que o corpo cumpre quando brinca. Entende, assim, que aquilo que liga a infância dele à infância dos/as demais presentes no Seminário é o movimento que seu corpo cumpriu quando brincou. Exemplifica: ao convidar alguém para brincar de baliza, talvez as pessoas não saibam o que é, mas se ele fizer o gesto saberão o que está dizendo, para qual brincadeira está chamando. Em Minas Gerais o nome da brincadeira, para a qual fez o gesto, o movimento corporal, é *cinco pedrinhas*; na Bahia é *dez pedrinhas*. Baliza e belisca também são formas de chamar a mesma brincadeira referida. Observa que uma linguagem construída pela infância não tropeça em nenhum aspecto quando é preciso dialogar e construir o que importa. Mais uma vez explica: ao encontrar uma criança no Japão, não precisa falar a língua materna daquele país para brincar, basta que o corpo se manifeste e os interesses se cumpram. A criança elaborou isso.

Ele partilha que pensa o brincar como uma pedagogia. Por que brincam as crianças do planeta? Por que querem brincar as crianças da Ásia, da América? Pondera que isso se dá porque as crianças enxergam na brincadeira um caminho para a construção de um conhecimento essencial - elaboram, assim, uma pedagogia que tem como pressuposto a liberdade, no sentido de que o brincar é uma pedagogia que forma para ser o que se é. No exercício do brinquedo, vai se encontrando, no exercício do diálogo com o mundo, aquilo que afirma a sua identidade. Se o pressuposto não é a liberdade, ou seja,

encontrar o caminho que nos forma, pode ser chamado de tudo menos de brinquedo - pois este tem como pressuposto essencial a liberdade. Afirma que é por meio do caminho e do movimento que o corpo faz, que a universalidade está posta tendo por finalidade a alegria. A alegria de encontrar aquilo que importa. Conclui que a criança elaborou uma pedagogia que é irmã da alegria, da liberdade e do movimento.

Retoma a necessidade de ouvir a criança em escutas diversas, de muitas formas. Uma delas é ler o rastro histórico que todas as infâncias do mundo deixam - sentando com elas, no diálogo, no olho no olho. É também ouvindo e conversando com todo adulto, com todo senhor e senhora que também foram crianças. Nesse exercício de escuta talvez se encontre elementos para dar o traço, o caminho ao sonho revolucionário de transformar o mundo, no sentido de elevar esse mundo a um lugar de acolhida mais completa. Embora seu trabalho seja amplo, SOARES enfatiza que a abordagem proposta para o Seminário volta-se às infâncias rurais. Faz referência a um DVD, um curta, que levou para o encontro e foi sorteado entre os/as participantes. O trabalho registra *As Meninas de Sinhá*, uma comunidade de favela, uma comunidade urbana de Belo Horizonte. A iniciativa, que já tem 26 anos, enfoca as memórias das infâncias de senhoras dessa comunidade. Tendo como ponto de partida esse trabalho, segue refletindo sobre o *urbano-rural*, indicando que a natureza da criança pede a natureza externa. Referenciando a explanação anterior, de Úrsula Trancoso, destaca o quanto uma criança urbana necessita pisar sobre o planeta, como via de encontrar diálogo com algo maior, no caso essa mãe (natureza). Da analogia, compreende que é por isso que as crianças fazem o movimento de ir ao encontro da natureza, movimento de tocar e aprender a vida nas suas dimensões diversas - indo ao encontro do planeta, que é mãe. Assim, a criança quer aprender a vida sentada no colo da mãe e partilha concepção de vida como composição química que o planeta elaborou.

Por meio da exposição de várias imagens, SOARES reforça a universalidade do desejo de brincadeira que perpassa as infâncias - e como esse brincar, quando se materializa e acontece no território da criança, ganha

singularidade. As imagens exibidas são de tempos distintos (por vezes mais de 500 anos separam uma da outra) e de culturas e países diferentes, mas trazem brincadeiras e brinquedos semelhantes ou exatamente iguais. Partilha-se aqui, como referências que embasam a reflexão, três dessas imagens exibidas por Roque Soares. A primeira é de 1528, detalhe de um quadro do pintor holandês Pieter Bruegel. A segunda é um registro fotográfico feito em Medina, município do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, e a terceira trazem ao centro uma ilustração de uma criança japonesa e nas laterais crianças de Itaupi, do baixo Jequitinhonha - MG. Todas brincam, em seu tempo e seu lugar, a mesma brincadeira com o mesmo brinquedo. São corpos, como o convidado reforça, que cumprem movimento comum, no brincar, em todos os lugares do planeta.



Ao passo que partilha as imagens, o palestrante segue alinhavando e reforçando pontos do brincar para as infâncias destacando que se constituem em uma forma da criança dialogar com o outro e com o mundo, e como arquitetura original do sentido comunitário e coletivo, logo, como formação de identidade que se dá na interação e na presença do/a outro/a. Após a exposição das imagens o convidado exibe um pequeno vídeo. O trabalho audiovisual explora o brincar como exercício, que pode ser “formal”, ou seja, tal como conhecemos e passamos adiante, nas brincadeiras de roda, por

exemplo, ou pode ser um exercício de experimentação, imaginação e invenção, que atravessa muitas atividades: ler brincando, caminhar brincando. O vídeo compartilhado coloca em primeiro plano uma criança de uma das comunidades, São Julião, nas quais SOARES trabalha. O material registra um exercício de imaginação de uma criança em sintonia, e como reflexo, dos fatos e acontecimentos que marcam seu cotidiano de criança rural.

Após a apresentação do vídeo, e a partir dele, o convidado reflete sobre como pisar no território com liberdade é um ato promotor de conhecimento para a criança. Pontua que somos grandes conhecedores de infâncias, para o bem e para o mal. Tanto por termos vivido infâncias boas e guardarmos essa referência, podendo “*emprestá-la*” a quem está diante da gente, ou por termos vivido uma infância miserável e sabermos o que nenhuma criança merece. Partilha uma experiência de encontro com um educador do MST, cuja infância difícil fez com que este educador optasse por atuar em todas as frentes possíveis de defesa da infância - por não querer que nenhuma criança passasse pelo que ele passou. Entende, portanto, que cada um/a tem razões para atuar em defesa e proteção das infâncias.

Retomando as reflexões presentes na Mesa anterior, destaca que não é um aspecto que dá conta de todas as necessidades da vida das crianças. Exemplifica: as pessoas dizem que é preciso natureza, mas ele atua em áreas rurais, com crianças rurais, como aquelas do vídeo que acaba de exibir, que são elas mesmas a natureza - pisam com firmeza e intimidade no seu território. Para essas crianças, que estão em comunidades de povos tradicionais, quais são as questões e necessidades - onde é que está a escola que afirma sua identidade? Onde estão as políticas públicas que irão assegurar condições de existência digna? Na comunidade da criança do vídeo, estão, enquanto Carretel Cultural, com um projeto para garantir o ingresso do primeiro grupo de jovens na universidade - até ali nenhum jovem fez esse ingresso. Traz o exemplo como ancoragem para uma reflexão e uma síntese: a natureza, por si, não salva. Uma ação específica e isolada também não. Acredita que quem dará os elementos que farão com que ascendamos ao patamar que queremos alcançar é a criança. Nesse sentido reitera a premissa da escuta da criança

como fundamental, pois dizemos muito e ouvimos pouco a criança. Necessário, portanto, aprender a ouvir.

Num convite dirigido especialmente às mulheres, educadoras e meninas, presentes para que se lembrem de si mesmas, exibe outro pequeno vídeo que encerra sua participação.

4.1.2.4. Debate / Participação da platéia

O coordenador da Mesa 2 abre para interação e realização de perguntas aos expositores e à expositora. Lembra que todas as apresentações, bem como o relatório do Seminário, estarão disponíveis no Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social - SIGAS PE.

Delma Josefa da Silva: Ela inicia parabenizando a mesa pelas explanações. Agradece aos convidados e a convidada por terem trazido ambiências que sempre são estimuladas que os municípios observem, nas configurações municipais: os espaços do brincar. Ela sempre destaca que o brincar é mais importante do que o brinquedo. Comenta que foi solicitado aos participantes que trouxessem para o Seminário brinquedos confeccionados pelos municípios e destaca terem acumulado uma beleza em doações. Pontua que quer trazer para reflexão coletiva algo que pela primeira vez foi mencionado, colocado, pela mesa: a diversidade de pertencimento, expressa nas ambiências da cidade, a partir da pesquisa e trabalho do URBAN 95, e dos/as sujeitos/as nos territórios. Ao fazer essa menção enfatiza que Pernambuco tem mais de 100 comunidades quilombolas, mais de 12 comunidades indígenas, tem também comunidades ciganas. São essas diversidades das infâncias que pedem para que os municípios observem - que a criança que está no território urbano não é a mesma que está no território indígena, nem na comunidade quilombola. É necessário respeitar essas culturas. Traz, portanto, menos uma pergunta. Sua fala é mais no sentido de agradecer a alegria que a mesa proporcionou a todas as pessoas de forma tão lúdica. Ressalta as imagens e os movimentos partilhados reforçando que eles dizem muito para todos/as ali. Dizem muito de como podem realizar as ações de forma tranqüila, pois às vezes vão aos municípios e lá percebem muita

preocupação em como receber, mas ela reforça que nos municípios só precisam ser o que são originalmente, verdadeiramente. Avalia que a mesa passou essa mensagem e, por isso, gostaria de agradecer.

Como não houve mais perguntas e considerações a coordenação da Mesa 2 passa aos convidados, de modo que façam suas considerações finais, seguindo a ordem das falas iniciais.

Sérgio Eduardo agradece a oportunidade de falar sobre a realidade das crianças refugiadas e migrantes, que é uma realidade no país. Sente-se feliz em acessar as experiências dos demais expositores. Coloca a si e a instituição disponíveis para qualquer contato, para quem deseja conhecer os projetos e o trabalho da organização. **Ursula Trancoso** pontua que quando vem para encontros como o proporcionado pelo Seminário sempre aprende muito mais - destacando a fala de Roque e de Sérgio, deste último sendo relevante os dados sobre as infâncias migrantes que ainda não havia acessado. Também agradece aos e as participantes cujas falas, perguntas, e considerações as faz, sempre, refletir. Partilha a emoção que sentiu com o último vídeo exibido por Roque Soares como algo que ressoou no seu corpo - a memória de brincar num balanço, do movimento e da sensação de liberdade. Que todas as crianças possam ter isso também. **Roque Antônio Soares** faz das suas considerações um convite para que todos brinquem com ele, pois entende que falar de infância, de corpo e não brincar uma brincadeira não faz sentido. Antes de “puxar” a brincadeira coletiva, ressalta que todos/as temos um acervo próprio, da nossa própria infância, que é enorme em referências de brincadeiras. Este acervo precisa ser restaurado para que não duvidemos nunca das coisas que as crianças propõem. Faz a brincadeira incluindo todas as pessoas e com ela, brincando coletivamente, encerra-se a Mesa 2.

4.2. MESA TEMÁTICA DA TARDE | PROPOSTA INTEGRADA - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PCF E A PROTEÇÃO SOCIAL DA ALTA COMPLEXIDADE: A PROPOSTA DE PERNAMBUCO / Sra. Bernardeth GONDIM, Coordenadora do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF/CDC em Pernambuco, e Sra.

Claudia SOUZA, Coordenadora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A apresentação da Proposta Integrada - Programa Primeira Infância no SUAS/PCF e a Proteção Social da Alta Complexidade foi realizada de forma partilhada e dialogada, com alternância nos momentos de fala-explanação, por Bernadeth Gondim, Coordenadora do Programa Primeira Infância no SUAS/PCF e por Cláudia Souza, Coordenadora de Proteção Social de Alta Complexidade. Trazendo acúmulo da atuação e trajetória das duas áreas, a Proposta Integrada foi apresentada e refletida à luz da experiência do Projeto Piloto, em Caruaru, bem como da ampliação e expansão que se anuncia. Permearam as falas das duas expositoras: a importância da atuação em rede e do diagnóstico dos gargalos para implementar a metodologia de acompanhamento frente aos desafios de:

- Atuar junto às famílias de origem, quando apenas 45 municípios pernambucanos dispõem de Serviço de Acolhimento;
- Dinamizar e fortalecer articulação e intersetorialidade;
- Garantir a consistente realização do Serviço Família Acolhedora tendo sempre em perspectiva a prevenção - lastro para fazer com que a demanda pelo acolhimento, institucional ou em família acolhedora, seja cada vez menor no estado.

O registro que segue, agrega os principais tópicos que estruturam a apresentação e uma síntese das reflexões mais relevantes de cada uma das Coordenadoras. Marca o início da apresentação a partilha de algumas dimensões e objetivos que demarcam a importância e relevância da Proposta Integrada, seja diretamente na vida das crianças e suas famílias, seja no fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas e serviços arregimentados. Assim:

- **Na dimensão das crianças e famílias destacam-se:** o direito à convivência familiar e comunitária; o fortalecimento da parentalidade positiva; o fortalecimento do papel protetivo da família; a promoção do

desenvolvimento integral na primeira infância; o acompanhamento das crianças na primeira infância em situação de acolhimento institucional ou em famílias acolhedoras.

- **Na dimensão das políticas e serviços destacam-se:** o fortalecimento da integração e articulação do Programa com os Serviços de Alta Complexidade do SUAS, e demais políticas públicas; a educação permanente integrando a Proteção Social Básica e Especial, com destaque para os Serviços de **Acolhimento**[2]. A Proposta Integrada também reflete positivamente ao colocar em prática as três funções da Política de Assistência Social: *proteção, vigilância e defesa de direitos*.

Referenciando a experiência com o Projeto Piloto, para implementação de metodologia de acompanhamento do Programa Criança Feliz às crianças afastadas do convívio familiar, no município de Caruaru, Bernadeth Gondim pontua que a metodologia tem possibilitado que trabalhem de forma integrada, com um forte sentido de convergência para a criança. Para referenciar e fortalecer o Programa destaca-se alguns **parâmetros para o seu acompanhamento:**

- A partir do diagnóstico construído pelos municípios, o planejamento das ações de acordo com as seguranças afiançadas no SUAS
- O diagnóstico, tendo em vista as diversas realidades nos municípios, é pontuado como ação estruturadora, e para sua realização a vigilância socioassistencial tem papel importante no apoio aos municípios
- O cenário dos municípios que têm o programa Primeira Infância no SUAS/PCF e serviços de acolhimento em família acolhedora e/ou institucional
- A construção de indicadores de monitoramento e avaliação de resultados
- A expansão do projeto piloto nos municípios,

A expansão é considerada um grande desafio, pois são 184 municípios em Pernambuco. Mas aprendizados colhidos com a experiência piloto em Caruaru guiam os próximos passos. Diante da quantidade de municípios, o cuidado para garantir o processo formativo, respeitando a realidade local, é uma premissa importante. A avaliação - a ser realizada em breve, com foco na experiência piloto dos 7 municípios que experimentaram a metodologia no Brasil norteará os passos para a expansão.

GONDIM e SOUZA destacam o papel das Formações na Proposta Integrada posto que demandem esforços, tanto das equipes estaduais, quanto das equipes nos municípios, pois englobam um conjunto de dimensões e de ações que implicam em: conhecer e integrar programa/serviço; construir fluxos e protocolos; conhecer os processos metodológicos (tanto da casa de acolhimento, quanto do Programa); apropriar-se da metodologia CDC que fundamenta a visita domiciliar; conhecer e respeitar as infâncias pernambucanas em sua diversidade (quilombolas, indígenas, rurais, ribeirinhas...); expandir a metodologia para os municípios que não têm serviços de acolhimento e que demandam para outras cidades.

Também é abordada na explanação das duas Coordenadoras, a importância da Metodologia de Acompanhamento, naquilo que efetivamente traz de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o quanto vem para fortalecer, somar. Destacam a questão devido à cobertura em Pernambuco ser insuficiente, quando se observam os dados, apresentados no 1º dia do seminário, onde apenas 45 municípios dispõem de Serviço de Acolhimento. Se forem somados, o total de serviços, considerando alguns municípios com mais de um, há 75 Serviços para crianças e adolescentes. A maioria das crianças está acolhida fora dos seus municípios de origem e, nesse sentido, a questão posta é: como trabalhar a família de origem na construção do caminho de volta, para garantia da reintegração da criança?

Sinalizam 3 grandes frentes de ação que dinamizam a Proposta Integrada de Pernambuco: monitoramento; reuniões periódicas com as equipes estaduais; reuniões periódicas com as equipes municipais (de forma virtual). O monitoramento é compartilhado como um ponto chave, frente que permite

agregar e refletir sobre a ação. Enfatizam também a forma participativa que tem orientado o trabalho e como se imprime e se expressa na metodologia, destacando a participação e a dimensão da escuta atenta, sobretudo da criança, como princípio. Outro princípio, que se constitui em aprendizagem para a equipe, é o fato de se trabalhar *com* a criança e não *para* ela.

Ancorada no diálogo ampliado, entre as equipes municipais e equipes estaduais, a forma de atuação prevê: encontros dialogados; construções coletivas; escuta da equipe; escuta da criança e da pessoa cuidadora e de referência. Sobre este ponto, SOUZA pontua que, embora muito tenha sido superado e mudanças significativas tenham ocorrido, situações de um passado recente de institucionalização de crianças ainda são vivenciadas nos dias atuais. Há exemplos de crianças que são afastadas das suas famílias sem que estas saibam para onde as crianças estão indo; ou as famílias não são preparadas, ou não são devidamente informadas para o afastamento. Ela entende que os atores do Sistema de Garantia de Direitos necessitam atuar para preparar a família, compreendendo que, se o caminho do acolhimento, familiar ou institucional, é construído em rede, a reintegração à família também deve ser. Sinaliza ainda que seja preciso compreender que a violência praticada pela família é intergeracional e acaba sendo naturalizada.

Como potencialidades da Proposta Integrada as Coordenadoras destacam: a construção integrada pelas equipes estadual e municipal; a possibilidade de fortalecer o papel da família (cuidar e proteger); apoiar os caminhos para a garantia da convivência familiar e comunitária; o fortalecimento de vínculos; o acúmulo teórico e prático das equipes estadual e municipais; a integralidade das proteções.

GONDIM e SOUZA finalizam a apresentação retomando, e mais uma vez colocando em perspectiva, o desafio de trabalhar em rede de forma articulada - lastro da Proteção Integral à criança, cujas bases estão no Art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Mencionam ainda os princípios da INCOMPLETUDE e da COMPLEMENTARIDADE e destacam a articulação em rede e a intersetorialidade como possibilidades de “respostas” aos dois princípios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **Seminário Intersetorial - Todos e Todas pela Primeira Infância - Fortalecer quem cuida, realizado nos dias 24 e 25 de agosto de 2022** promoveu o debate das políticas e programas para a Primeira Infância, nas suas falas e apresentações, tendo como pano de fundo os princípios ancorados no Marco Legal brasileiro: a Constituição Federal, o Estatuto dos Direitos das Crianças e Adolescentes, e o Marco Legal da Primeira Infância, que dispõem sobre as políticas públicas em geral e em especial aquelas voltadas para a Primeira Infância no Brasil. Estes marcos definem a criança como sujeito de direitos, na perspectiva da Proteção Integral e Prioridade Absoluta, e consolidam o Sistema de Garantia de Direitos- SDG.

Os promotores do evento foram o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ) e sua Secretaria Executiva de Assistência Social (SEAS), com apoio do Ministério da Cidadania (MC), através da Secretaria Nacional da Primeira Infância (SNAPI), reforçando um dos fundamentos das políticas para crianças pequenas, **da Intersetorialidade**, como articulação entre sujeitos de setores diversos, parceiros que partilharam narrativas de suas atuações e experiências, através de programas e projetos governamentais, dos **03 níveis de Governo** e de instituições da sociedade civil; convidados de Brasília, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e também do Canadá, com relatos de experiências governamentais, de organizações sociais, de grupos de pesquisa. Os diálogos envolveram ainda um público presencial e virtual, formado por visitantes/as, supervisores/as, gestoras/res, coordenadoras/res, representantes dos Comitês gestores dos municípios e parceiros/as.

As políticas públicas cumprem o papel de dar materialidade aos direitos, ao criar e executar programas de atendimento às cidadãs e cidadãos, ações que envolvem o diálogo e a **parceria entre os entes federados** – União, Estados e Municípios, com seus respectivos **papéis e responsabilidades, bem como a participação da sociedade civil**, dos conselhos, da academia, instituições que tem uma contribuição fundamental na promoção, na defesa dos direitos e na incidência e monitoramento das políticas públicas. Tendo

como referência o marco legal, as políticas estão ancoradas também em **concepções e metodologias** a respeito da Primeira Infância e seu **desenvolvimento**.

Nas falas foi destacada a importância da **relação entre as políticas e programas para a PI com os demais programas e serviços que compõem o SUAS**, na perspectiva da **integralidade das ações**. Considerando que, na atenção primeira à criança e sua família, são fundamentais os conselhos tutelares e de direitos e o CRAS, que identificam e acolhem inicialmente; ou ainda os programas para fortalecimento da família, ou de combate à fome; ou os serviços de média e alta complexidade, entre outros. Estes programas e serviços são interdependentes e o sucesso de um depende dos demais.

Um outro aspecto levantado por alguns palestrantes, mesmo sem ter uma mesa específica, foi o do **Financiamento dos programas para a Primeira Infância e para a Assistência Social**, da crítica aos cortes dos serviços permanentes, ao mesmo tempo que um empobrecimento da população, aumento da fome nos mais pobres; ou mesmo da desigualdade na distribuição de recursos entre os entes federados: enquanto a maioria dos serviços de ponta está sob responsabilidade do município, que é o ente que recebe a menor fatia da soma dos tributos arrecadados no país.

Tendo como referência a criança sujeito de direitos, foi destacada a importância de repensar as concepções de infância; ou as infâncias, as primeiras infâncias, uma vez que as infâncias são plurais e o conceito de “infância não só como uma etapa de vida, mas como uma categoria estrutural, como construção histórica, social e cultural, que vai modificando de acordo com os tempos e espaços” ¹⁰ (MIRANDA), de onde decorre a necessidade de pensá-las de forma articulada, em rede. O tema do desenvolvimento integral na Primeira Infância emergiu nos debates do evento, bem como tem sido objeto de pesquisas em todo o mundo e vem crescendo em importância, seja nas áreas da pedagogia, da psicologia, da neurociência, desde autores como Pikler e outros ao redor do mundo, que pesquisam a criança e seu desenvolvimento e

¹⁰ Fala do prof. Humberto Miranda, da Escola de Conselhos, projeto de extensão da Universidade Federal Rural de PE- UFRPE, durante o Seminário.

outros pesquisadores em universidades, como Harvard, entre várias, que estudam as políticas sociais para a Primeira Infância e seu impacto na sociedade. Neste sentido, são elencados ainda, como ferramentas para o desenvolvimento infantil, a importância do vínculo e da segurança afetiva e da figura do adulto de referência; do cuidado; da proteção; da escuta da criança; e da autonomia e do brincar, através dos quais a criança aprende se comunica se expressa e se relaciona com as questões culturais nas quais está inserida.

Alem dos conceitos sobre desenvolvimento infantil na Primeira Infância, o Seminário trouxe o debate sobre as metodologias de programas e projetos em curso. O programa Mãe Coruja foi implementado em Pernambuco, com 15 anos de execução, considerado um programa pioneiro e que demonstra o compromisso do Governo do Estado de investir na primeira infância, integrando ações de saúde, desde o pré-natal da mãe até os 05 anos da criança, com ações na educação, na assistência, de incentivo ao trabalho e geração de renda pra família, entre outras. Um segundo programa foi o Olhar para as Diferenças, com o recorte para as crianças com deficiência na primeira infância, articulando serviços de saúde, fisioterapia, educação e assistência, entre outras, na perspectiva de uma atenção integral a estas crianças.

O programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, faz parte do SUAS e da Proteção Social Básica, com foco nas ações voltadas à Primeira Infância, articuladas e integradas à Proteção Social de Alta Complexidade ou o acolhimento institucional para crianças pequenas. Este tema foi tratado em conformidade com ECA, como uma política pública que deve ser prioritária. Com relação ao Acolhimento em Família Acolhedora – SFA, modalidade de acolhimento que visa *“oferecer proteção integral às crianças e adolescentes que precisam ser afastados/as temporariamente de sua família de origem ou extensa, por medida de proteção”*, foram apresentadas as experiências de SFA no Rio de Janeiro, pela representante da ONG Terre des Hommes, que fez um resgate histórico das experiências com acolhimento de crianças na primeira infância no Brasil, onde as instituições da sociedade civil tiveram um significativo papel na consolidação de metodologias, no município, desde 1996, em articulação do Conselho Municipal de Direitos da

Criança e do Adolescente com organizações da Sociedade Civil e com a Gestão Municipal.

Outras experiências mais recentes foram apresentadas, onde foram detalhados os eixos conceituais do programa e das experiências desenvolvidas, tanto em PE, nos municípios de Caruaru, Paudalho, Jaboatão, que conta com uma coordenação estadual em PE, como também no município do Crato no Ceará; e ainda de outra ONG de SP, o Instituto Fazendo História. As falas elencaram as conquistas, complexidades e desafios que constituem o Acolhimento Institucional ou Serviço Família Acolhedora- SFA, bem como a diversidade de realidades das experiências, ressaltando ainda o caráter excepcional e provisório que o acolhimento - institucional ou familiar - deve manter.

As apresentações destacaram a importância do trabalho integrado, envolvendo as ações do programa Criança Feliz no SUAS, especialmente na proteção social de alta complexidade; reforçaram a importância da Intersetorialidade, destacando o papel do Estado e dos municípios; e a integração e articulação com os Serviços de Alta Complexidade do SUAS e com as demais políticas públicas e órgãos do sistema de garantia de direitos, que são essenciais no Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz. Destaque também foi dado à importância da construção integrada de uma equipe estadual e de equipes municipais. E ressaltam, finalmente, a Integralidade das Proteções no SUAS – a Proteção Social Básica, a Especial de Alta e de Média Complexidade.

Os debates das experiências levantam o tema das Famílias, sobretudo pela importância do seu papel protetivo para a criança (Cuidar e Proteger). No entanto é importante destacar uma realidade de desproteção social de muitas famílias em seus territórios de vulnerabilidades, sobretudo, no campo da infância, e a relevância de políticas públicas que garantam a convivência familiar e comunitária das crianças de 0 a 6 anos e gestantes e famílias. Reforçam a necessidade de ações e medidas para fortalecimento de vínculos com as crianças, que envolvem apego, afeto, amor, elementos fundamentais para o desenvolvimento humano. Nas situações de trabalho com as famílias é

importante o fortalecimento da parentalidade positiva. Foi destacado também a importância de fortalecer o acompanhamento das crianças na primeira infância, em situação de acolhimento institucional ou em famílias acolhedoras.

Numa perspectiva de Intersetorialidade, o direitos das infâncias na interface com o direito à cidade, e a experiência de pensar a cidade e o espaço urbano na perspectiva de bebês, crianças pequenas e cuidadores no planejamento urbano. De outra perspectiva, a Intersetorialidade se expressa no olhar sobre as diversas infâncias e seus contextos sócio-culturais, onde é reforçado a importância da brincadeira, priorizando e valorizando a “cultura da infância” como um caminho e uma via para promover não só o brincar, mas o brincar como aprendizagem, como forma de interação com o mundo e como forma de acessar muitos outros direitos.

Considerando a importância de, a partir das experiências se consolidarem as políticas, nos debates foram pontuadas questões fundantes da Assistência Social, que por definição devem garantir a proteção social aos indivíduos, às famílias e à comunidade, priorizando os mais necessitados, no enfrentamento de situações de vulnerabilidades e riscos, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Um Programa para a Primeira Infância, protagonizado pela Política de Assistência Social, deve transversalizar intersetorialmente, áreas fundamentais para o alcance dos objetivos e impacto social. Deve colocar em prática as três funções principais da Política de Assistência Social - a proteção, a vigilância e a defesa de direitos; deve destacar a importância do processo de educação permanente integrado – na Proteção Social Básica e na Especial, com destaque para os Serviços de Acolhimento. Estrategicamente é importante levar em conta a importância de encontros dialogados; construções coletivas e a escuta das equipes.

O Mote do Seminário, Todos e Todas pela Primeira Infância - Fortalecer quem cuida, destacou a importância das e dos profissionais envolvidos nos processos; tratado tanto pela valorização do Cuidador/a; ou da necessidade de investir na formação e consolidação das equipes; na escuta do cuidador (a) de referência (considerando a ampliação do conceito de família e reconhecendo e legitimando as relações de vínculos. O tema “Cuidar de quem Cuida” remete a

uma ética do cuidado, que é uma ação permanente na vida de todos nós, uma ação da ética do cuidado humano, considerando que aqueles e aquelas que estão diariamente cuidando de meninos e meninas, precisam também ser cuidados - a ética do cuidado humano deve ser valorizada!

6. REFERÊNCIAS.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.
<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/bncc-educacao-infantil>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em:
 <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. **Norma Operacional Básica: NOB – SUAS**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em:
 <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CURRICULO DE PERNAMBUCO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.
[http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCODECRETO N° 083/2017, que cria o PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA EM CARUARU](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCODECRETO%20N%20083/2017,%20que%20cria%20o%20PROGRAMA%20PRIMEIRA%20INFANCIA%20EM%20CARUARU).
<https://caruaru.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/83-7849.pdf>

GUIA PARA VISITA DOMICILIAR – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, (2017).

[GOVERNO DE PERNAMBUCO](#). Política de Assistência Social e Desenvolvimento Integral na Primeira Infância. [Secretaria Executiva de Assistência Social](#). [Centro de Desenvolvimento e Cidadania](#). [Boletim Informativo nº 003/2022](#). RECIFE. 2022.

[GOVERNO DE PERNAMBUCO](#). [NOTA TÉCNICA](#). [Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude](#).- [Gerência de Proteção Social Básica - Nº 4/2022](#). [SEI/GOVPE - 25791260 – GOVPE](#).
https://sei.pe.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=30339454&infra_siste...

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ ÀS CRIANÇAS AFASTADAS DO CONVÍVIO FAMILIAR. (2022).

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Criança Feliz. Disponível em:
 <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Loas Anotada**. Secretaria Nacional de Assistência Social /SNAS. Brasília. 2009.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (2009).

PCF NO SUAS NO CRATO, CE. Depoimentos:

https://drive.google.com/file/d/1U-XU6dDZEgb_OnEixWAWOrEVbHLDzAja/view?usp=sharing

PEC 122/2022 que cria Lei Federal que impede os governantes de criarem despesa sem assinalar a fonte de receita. Fonte: Agência Senado.

PEC 122/2017- Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS/2004).

PORTARIA MC Nº 664/2021, consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz, o qual tem como público prioritário gestantes e crianças de até setenta e dois meses e suas famílias. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-664-de-2-de-setembro-de-2021-343007090-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%203.pdf>

RICHTER, L. (2004). The importance of caregiver child interactions for the survival and healthy development of young children. Geneva, Switzerland: Author